



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0370/15	DATA: 23/04/2015	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 10h11min	TÉRMINO: 13h08min	PÁGINAS: 65

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
MARCELO BATISTA NERY - Representante do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo — USP. RENATO SÉRGIO DE LIMA - Vice-Presidente do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

SUMÁRIO
Exposições e debates sobre a apuração das causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens. Há falha na gravação. Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Bom dia a todos e todas!

Quero convidar o nosso Vice-Presidente, Deputado Orlando, para se sentar conosco, para nos fazer companhia.

Quero também justificar a ausência da nossa Relatora, que se encontra numa missão oficial da Câmara dos Deputados, a nossa Deputada Rosângela Gomes.

Eu declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a violência contra jovens negros e pobres.

Nós vamos passar para o item... Antes vou ler alguns expedientes que a CPI recebeu.

Informo que foram indicados para fazer parte desta Comissão os Parlamentares Celso Jacob, do PMDB do Rio de Janeiro; Lindomar Garçon, do PMDB de Rondônia; Roney Nemer, do PMDB de Brasília; Iracema Portella, do PP de Piauí, e Erika Kokay, do PT do Distrito Federal.

Informo também que os Requerimentos nºs 23 e 24, de 2015, aprovados na reunião do dia 16 de abril, apresentavam informações equivocadas em suas justificativas a respeito da autoria de um crime ocorrido em Ceilândia, Distrito Federal. O jovem Cristiano Alves da Silva foi morto por motivos banais pelo dono de um comércio, e não pelas forças policiais, conforme afirmado na justificativa do requerimento. Portanto, comunico que foram feitas correções apenas na justificativa dos Requerimentos nºs 23 e 24, mantendo-se os respectivos méritos.

Eu quero passar a palavra para a Deputada Erika Kokay, que é autora desses requerimentos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, nós tivemos aqui, no Distrito Federal, o assassinato de um jovem, na comunidade de Ceilândia, que provocou uma profunda comoção da própria comunidade. Nessa comoção, houve uma reação de indignação da comunidade e houve uma intervenção das forças policiais — talvez aí esteja o equívoco que está sendo ora corrigido — que, ao que tudo indica, e a partir de denúncias da população, de forma abusiva. Ou seja, nós tivemos balas de borracha que atingiram crianças; nós tivemos nove pessoas que foram detidas; nós tivemos senhoras já de idade atingidas com *spray* de pimenta. Durante o velório do próprio rapaz que foi assassinado, muito querido pela



comunidade, houve uma revista das pessoas que ali estavam, sem justificar alguma por parte das forças policiais.

Nesse sentido é que nós estamos... Houve um equívoco que está sendo corrigido neste momento, mas eu gostaria também de pontuar que o outro requerimento... Nós fizemos um convite — esse requerimento já foi aprovado — para que a comunidade possa discorrer sobre esse processo que, segundo denúncias, teria pautado uma postura abusiva das forças policiais frente à comoção da comunidade, e também houve a convocação das autoridades policiais, tanto o Comandante da Polícia Militar quanto o Chefe da Polícia Civil e o Secretário de Segurança. Esses requerimentos já foram aprovados.

O que quero dizer é que havia, também, um sentimento da comunidade de que ela não tinha tido espaço nos meios de comunicação para falar qual era a sua percepção sobre o rapaz que foi assassinado, porque havia uma versão estabelecida pela própria pessoa autora do homicídio de que o rapaz tinha uma história de delinquência, o que não corresponde ao relato da comunidade e dos familiares.

Então, o requerimento que convida os familiares versa sobre isto: a ausência de espaço nos meios de comunicação para que a comunidade possa dizer quem era o rapaz, o jovem negro que foi assassinado naquela comunidade.

Entretanto, eu queria apenas dizer que, a partir da intervenção de V.Exa. e também da Relatora, Deputada Rosângela Gomes, nós estivemos nos meios de comunicação, fomos recebidos pelo Diretor da *Record* aqui no Distrito Federal, e a emissora se prestou a mostrar como a comunidade avaliava o rapaz assassinado. Esteve lá no dia de sábado e a comunidade sente-se, então, contemplada.

Por isso eu gostaria de retirar da justificativa do requerimento de convite aos familiares e à comunidade esse apelo da comunidade para que pudesse ser escutada na sua percepção de quem era o rapaz, que foi assassinado na sua própria história e na sua própria vida, enlaçada com a vida da própria comunidade.

Então, nesse sentido, eu estou aqui, de viva voz, primeiro, dizendo que a comunidade teve espaço, através da *TV Record*, para dizer qual era a sua percepção e externar o seu próprio sofrimento. Nesse sentido, agradeço a V.Exa., à



Deputada Rosângela e também à Direção da *Record*, que, de forma muito pronta, abriu espaço para a comunidade.

Portanto, quero retificar a justificação do requerimento que aborda essa necessidade da comunidade de não transformar a morte na morte. O rapaz não está mais entre nós, mas, quando se ataca a imagem, ataca-se quem foi o rapaz, a memória do rapaz; é como se houvesse uma morte sendo aguçada, sendo recrudescida.

Quero agradecer à *Record* pela presteza e solicitar, se V.Exa. o permitir, que haja essa retificação na justificação, porque não há mais necessidade de que a comunidade seja escutada, uma vez que já o foi no último sábado deste mês.

Mais uma vez, Presidente, quero lhe agradecer a presteza e a prontidão da atuação de V.Exa. e também da Relatora, Deputada Rosângela Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero dizer para a nobre Deputada que, de fato, vamos retificar a justificativa, na ata, dos Requerimentos nºs 23 e 24, e manter os respectivos méritos. Também quero agradecer a V.Exa. pela contribuição. Acho que a provocação de V.Exa. foi importante, porque estabeleceu um diálogo, e também a sensibilidade da *TV Record*, que, ao mesmo tempo, foi à comunidade, lhe deu voz, lhe deu vez e também refez a sua posição em relação à história do jovem Cristiano. Portanto, eu acho que ajuda nos trabalhos desta CPI. Obrigado pela contribuição.

Eu quero passar para a audiência pública. Iniciaremos a audiência pública desta Comissão de Inquérito, resultado da aprovação do Requerimento nº 16 de 2015, da Deputada Rosângela Gomes.

Informo que, durante a fala dos convidados, não haverá apertes. Os Deputados interessados em interpelar os convidados deverão se inscrever previamente junto à Secretaria desta Comissão.

Convido para sentar-se à mesa o Sr. Marcelo Batista Nery, representante do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, a USP. (*Palmas.*)

Convido para sentar-se à mesa o Sr. Renato Sérgio de Lima, Vice-Presidente do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (*Palmas.*)

Concedo a palavra ao Sr. Marcelo Batista Nery por 30 minutos.

O SR. MARCELO BATISTA NERY - Bom dia a todos. Obrigado pelo convite.



Quando se trata de morte e violência, há a possibilidade de se fazer uma abordagem longa, afinal, esse fenômeno social é muito complexo, ou necessariamente é preciso fazer um foco. Minha explanação terá esse foco. O foco será nos condicionantes e diagnósticos desse problema.

(Segue-se exibição de imagens.)

Quando nós observamos o mapa divulgado pela Organização Mundial da Saúde, percebemos que o mundo apresenta situações de violência diversas.

Vamos observar, por exemplo, a situação dos Estados Unidos e a do Brasil. Verificamos que, enquanto nos Estados Unidos a taxa é por volta de 3 por 100 mil habitantes, no Brasil ela é 10 vezes maior.

A reflexão é: existe algum paralelo, existem algumas diferenças e semelhanças com relação ao contexto norte-americano e brasileiro?

Quando nós observamos uma pesquisa feita nos Estados Unidos como essa, divulgada pela *Times*, na segunda-feira última, observamos o quê? Segundo a *Times*, a pesquisa retrata que quase... *(falha na gravação)* ... homens negros... *(falha na gravação.) (Pausa prolongada.)*

Bom, segundo essa pesquisa, então, cerca de 120 mil homens negros, entre 25 e 54 anos, estão desaparecidos em Nova Iorque; cerca de 45 mil em Chicago; e 30 mil na Filadélfia.

O que eles chamam de desaparecidos? Observando o número de pessoas negras nascidas nos Estados Unidos e observando os diferentes censos, as pessoas negras, naquele lugar, conforme o censo, onde estão? A pesquisa demonstra que a maior parte dessas pessoas estão, entre aspas, “desaparecidas” por morte prematura ou porque elas estão encarceradas.

Bom, essa é uma realidade norte-americana. Vamos ver o que acontece no Brasil.

Observando um mapa como este, a gente observa um número absoluto de ocorrências de homicídios no Brasil e, observando este mapa com cuidado, a gente conclui que, bom, existem realmente lugares em que há um grande número de homicídios, mas, ponderando melhor, chega à conclusão de que, em lugares onde há um maior número de pessoas, é razoável imaginar que vai haver um maior número de ocorrências. Então, este mapa apenas não é suficiente para o nosso



problema. A taxa de homicídios das diferentes Unidades da Federação do País, o número de homicídios pelo total de residências, mesmo num mapa com este não é suficiente para retratar o problema.

Se a gente observar um mapa como este, que representa também as taxas de homicídios só que não por Estados, mas por Municípios que compõem o País, a gente observa que, realmente, existem Municípios mais violentos do que outros. A partir disso, eu posso fazer ilações sobre o problema da violência no País? Não. Por que não?

Permitam-me tomar como exemplo a cidade de São Paulo, mas entendam que é só um exemplo. Muito do que eu vou falar aqui serve para retratar, do ponto vista lógico e analítico, situações de várias áreas urbanas do País. Então, vamos falar de São Paulo.

O que acontece em São Paulo? Se a gente observar a taxa de homicídios na cidade de São Paulo de 1981 a 2013, vai ver que as taxas de homicídios crescem continuamente até 1999, 2000. Nesse momento, as taxas são cerca de 50 por 100 mil habitantes — estou falando de 6 mil pessoas mortas na cidade de São Paulo. De maneira inesperada, a partir do ano de 2000, as taxas caem continuamente. Hoje, nós temos taxas por volta de 10 por 100 mil habitantes, que é por volta de 1.000 pessoas mortas por ano.

Muito bem, o que aconteceu? Essa é a grande pergunta, porque, se nós soubermos o que aconteceu para essa redução, talvez possamos tomar ações semelhantes em todos os países e em todas as populações que sofrem com esse problema.

Vejam o seguinte quadro: cidade de São Paulo em 1991. Eu quero que vocês pensem em 1991. O que acontecia na época? Bom, o MERCOSUL foi assinado nesse período, o Papa João Paulo II veio ao País. Agora, pensem não nesses grandes marcos, mas pensem como eram as relações humanas em 1991. Era diferente a inter-relação entre as pessoas? Será que o perfil da população era diferente? Será que a gente consegue imaginar um jovem um tanto quanto mais ingênuo naquela época? Talvez. Mas o fato é que, em 1991, é esse o quadro de violência.



Como a gente interpreta este mapa? Nos lugares em branco não há homicídios, nos lugares em vermelho há alta concentração de homicídios. E nós vemos em 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999 e 2000.

Nesse momento, São Paulo é considerado um dos lugares mais violentos do mundo. Na região sul de São Paulo, existe uma área, formada por Capão Redondo, Brasilândia e Jardim São Luís, que foi considerada pela ONU um dos lugares mais violentos do mundo. Neste momento aqui eu estou dizendo que 6 mil pessoas foram vítimas de homicídio. Por quê?

Vejam o que acontece em 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012. A gente observa, então, que a concentração de homicídios caiu em São Paulo, o que é coerente com o gráfico que eu apresentei antes.

Muitas pessoas pensam que esses dados são maquiados. Na verdade, os dados, oriundos tanto da Secretaria de Segurança Pública quanto da saúde, confirmam essa redução de homicídios na cidade de São Paulo. A pergunta novamente é: o que aconteceu?

Antes de chegar a essa resposta, vejam o próximo mapa. Este mapa não representa a concentração de homicídios, mas os padrões de homicídio. Qual a diferença? Aqui eu não estou dizendo onde se concentram os homicídios em certo ano, mas qual é o padrão no decorrer de um período. O padrão é: não há homicídio naquele lugar no decorrer do período de 2000 a 2008; as taxas de homicídio naquele lugar são sempre altas no período de 2000 a 2008, apesar da queda contínua de homicídios. Então, verifiquem que diferentes maneiras de se verificar o problema se reúnem para melhor entendê-lo.

No próximo mapa, por exemplo, a gente observa lugares onde, apesar da queda dos homicídios em São Paulo, as taxas continuam altas. No mapa seguinte, lugares em que, em 2000, quando 6 mil pessoas foram mortas, não houve um único homicídio e, no decorrer de 2001, 2003, 2004, até 2008, não há um único registro de homicídio pela Secretaria de Segurança Pública. E existe outro padrão, por exemplo, que mostra que existem lugares que não têm registro de homicídios pela Secretaria de Segurança Pública, contudo há indícios claros de ocorrências de homicídio nesses lugares.



Vejam como é complexa a questão. Não basta apenas saber o número de ocorrências, a taxa, a população residente, como se concentra, como se concentra no decorrer do tempo, o padrão de homicídios, porque tudo isso junto é o que permite saber qual é o quadro do problema.

A pergunta recorrente é: por que isso acontece? Por que o número de homicídios caiu em São Paulo? Quando as pessoas argumentam sobre o porquê, muitos dizem que foi em decorrência de melhora na política de segurança pública, que está relacionada ao aumento dos recursos direcionados à segurança pública; à melhora dos mecanismos de gestão; à melhora das ações e programas; à formação de profissionais da Secretaria de Segurança Pública; à ampliação dos meios de controle interno e externo, como ouvidorias, corregedorias; e ao aumento da taxa de encarceramento — 200 mil pessoas estão presas em regime fechado hoje no Estado de São Paulo. Então, muitos argumentam que foi esse conjunto de razões o responsável pela queda dos homicídios em São Paulo. Isso é verdade?

Vamos ver um aspecto específico, pelo pouco tempo disponível, que é o aumento de recursos. Será que isso realmente está relacionado à queda dos homicídios?

Isto aqui é o que a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo apresentou durante anos como a representação de que todas essas ações teriam sido responsáveis pelo gráfico acima, ou seja, pela queda de homicídios.

Eu colocaria ainda duas questões relacionadas a isso, que a Secretaria de Segurança Pública podia citar: são elas o confisco de armas de fogo, que aconteceu entre 2000 e 2004, e o INFOCRIM e o PROVITA. O que é o INFOCRIM? É um sistema informatizado de boletins de ocorrência do Estado de São Paulo, e o PROVITA — Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas — é um programa de proteção à pessoa.

Muito bem, é possível, observando-se tudo isso, fazer uma análise e chegar à conclusão de que isso foi responsável pela queda dos homicídios em São Paulo? Apenas isso foi responsável pela queda dos homicídios em São Paulo?

Vejam o próximo gráfico. Neste gráfico eu vejo a evolução das taxas de mortes por homicídio de jovens na cidade de São Paulo e, ao mesmo tempo, os gastos com segurança pública. Observando esse gráfico, a gente observa que não



existe uma relação clara entre esses dois eventos. Fazendo análises mais sofisticadas, a gente chega à mesma conclusão: não há indícios de que apenas os investimentos em segurança pública tenham sido os responsáveis pela queda dos homicídios em São Paulo, de 6 mil para mil pessoas mortas em uma década. Então, o que seria responsável, se não foram as ações de segurança pública?

Lembro que, pensando em segurança pública, os policiais não são apenas agentes de segurança, mas também responsáveis por boa parte da violência que atinge muitas populações com perfis específicos. Assim, no Brasil os agentes públicos tanto promovem a segurança como são responsáveis por execuções extrajudiciais e até mesmo tortura. Então, quando a gente pesa cada um dos elementos que são considerados como responsáveis pela queda dos homicídios em certo lugar ou não, temos que ponderar os dois lados.

Mas, além das questões de segurança pública, vamos ver outras questões. Há pessoas que dizem que aspectos sociodemográficos foram os responsáveis. Como assim? Há pessoas que dizem que houve redução do número de jovens, por uma questão demográfica: as pessoas envelheceram mais e nasceram menos pessoas. Consequentemente, uma vez que os jovens são as principais vítimas e principais atores de violência, a queda dos homicídios estaria relacionada a isso, à redução desse público que é violento.

Participação social. Há pessoas que argumentam que houve grande atuação de organizações não governamentais na cidade de São Paulo, o que é evidente. Mas será que isso explica? Há pessoas que falam no papel do Município. Há as guardas civis, a iluminação, ações preventivas. Será que isso foi o responsável? Facções criminosas. Será que a ação das facções criminosas teria tido interferência e impacto na redução dos homicídios? Como a segurança pública, eu poderia explanar vários motivos por que nenhuma dessas opções, observada isoladamente, teria sido a responsável pela queda dos homicídios em São Paulo.

Pelo pouco tempo disponível, eu vou falar apenas de uma questão, que é muito controversa: o impacto das organizações criminosas sobre os homicídios.

Todos devem saber que o Primeiro Comando da Capital — PCC, age na cidade de São Paulo; tem o controle territorial de algumas localidades na cidade de São Paulo. Muito bem. Há quem argumente o seguinte: onde há organizações



criminosas, o lugar é mais violento. Por quê? Devido ao conflito entre facções, à guerra de controle do tráfico, há maior número de mortes. E há quem argumente o contrário: “olha, eu sou aqui da comunidade e recebi o aviso de que, se eu matar alguém aqui, eu vou ter que me ver com os comandantes do PCC. Então, preventivamente, eu não vou fazer nada”.

Isso está colocado em xeque. O que uma pesquisa feita para estudo da violência encontrou? Na verdade verificou que essa relação é ainda mais complexa. Por quê?

Vejam este gráfico. No primeiro lado, em azul claro, eu tenho lugares onde não existem indícios de organizações criminosas; em azul escuro, lugares onde há indícios de participação de ações de organizações criminosas, em três níveis: altas taxas de homicídio, baixas taxas de homicídio e não há registro de homicídios.

Percebam o seguinte: onde não há registro de homicídios, há poucos indícios de organizações criminosas. Porém, onde as taxas são continuamente baixas — há homicídio, mas as taxas são continuamente baixas — ou continuamente altas, estatisticamente, há relação com indícios de presença de organizações criminosas.

Então, resumindo, o que a gente estava pensando: onde não há homicídio, a tendência é não haver organizações criminosas, e onde há organizações criminosas, a tendência é haver um controle que mantém a taxa ou sempre em patamares altos ou sempre em patamares baixos.

Vejam a complexidade do problema, porque o que eu estou falando é: não ter homicídio em certo lugar não significa que aquele lugar não tenha problema. Não. A não existência de homicídio em algum lugar pode ser o indício de um grave problema social naquele lugar. Vejam a complexidade da questão!

Então, entendam que eu não estou fazendo discurso favorável às organizações criminosas; só estou falando que a presença delas torna ainda mais complexa a situação de violência que é retratada pelos níveis de homicídio.

Nada daquilo que eu falei para vocês explica a questão. O que explica a questão, então?

Vejam o seguinte gráfico. É a evolução das taxas de homicídio, na cidade de São Paulo, de pessoas das raças branca, negra e outras. Como nós lemos este gráfico? Primeiro, em vermelho, é a linha de pessoas negras, e obviamente são



sempre patamares mais altos do que os das pessoas da raça branca e de outras raças. Depois, imaginando o gráfico que eu apresentei anteriormente, da queda dos homicídios em São Paulo, a partir de 1999, na cidade como um todo, percebam que, quando eu observo a redução das taxas, elas caíram primeiro para as pessoas da raça branca e depois para as pessoas da raça negra.

Então, verifiquem que não adianta saber apenas o número de ocorrências, a taxa de ocorrência, o padrão de ocorrência, tudo o que é falado sobre o que está relacionado à queda dos homicídios; não adianta saber apenas qual é a evolução das taxas em diferentes raças. O que é necessário fazer? Não tem jeito, é uma análise complexa. Que tipo de análise?

Vejam o próximo eslaide. Aqui se mostra a evolução das taxas de homicídios de 1981 a 2013. Vamos pegar um pequeno pedaço dessa série histórica, o período que vai de 2000 a 2008, que eu retratei em diversos gráficos. O que nós percebemos? Nós percebemos que há uma quebra por volta de 2004/2005 que muda tudo. Como assim? Se vocês tentarem entender os fatores que estão condicionando as taxas de homicídio em São Paulo, os fatores que estão relacionados às taxas de homicídio em São Paulo, no período de 2000 a 2004, não são os mesmos fatores de depois de 2004. Por que isso acontece?

Vejam o seguinte: por volta de 2000 a 2004, eu tenho taxas que vão de 50 por 100 mil até 30, 25 por 100 mil. Isso é um contexto. Nesse contexto há um conjunto de fatores que são importantes para explicar por que um lugar é mais ou menos violento do que outro.

Num segundo período, que vai de 2005 a 2008, os fatores são diferentes. Por quê? Porque o contexto é diferente, um contexto de menor violência. No primeiro contexto, no contexto mais violento, por exemplo, há indícios de que, diante da presença de organizações criminosas, a ação da segurança pública é muito mais importante do que no segundo período. Ou seja, em contextos de alto grau de violência, a interferência da segurança pública é muito mais efetiva do que em contexto de baixa violência. Mas o que é efetivo, então, em contextos de baixa violência?

Nós verificamos aqui questões como infraestrutura urbana e condição do chefe de família, que é primordial. Eu sempre faço um discurso a favor da educação



— e quem é o louco de fazer um discurso contrário à educação? Porém, em certos contextos, investimento em educação não é tão efetivo como em segurança pública, e em outros contextos ocorre o contrário: não adianta investir em segurança pública sem investimento em educação.

Quando a Comissão propuser ações, esse tipo de contexto complexo que é necessário ter em mente. Entendam que a violência não muda apenas no espaço, ou seja, no lugar que eu estou observando, mas também no tempo. E não é só a violência que muda, não são só as relações sociais que mudam, mas os condicionantes que tornam o lugar mais ou menos violentos também mudam, e isso é fundamental.

Diante disso, o que eu estou falando é que não dá para fazer uma política, uma ação de segurança pública nesse contexto e esperar que ela seja tão efetiva nesse outro contexto simplesmente porque as coisas mudam no tempo e no espaço. As pessoas mudam e os condicionantes que tornam o lugar mais ou menos violento mudam.

Voltando à questão do foco, o que eu poderia destacar? Primeiro, as prioridades: é necessário eu ter transparência sobre a segurança pública no País.

Mesmo com a Lei de Acesso à Informação, não é fácil ter acesso à informação neste País; na verdade, é muito difícil. Muitas Secretarias de Segurança Pública de muitos Estados da Federação não dão acesso à informação sobre segurança pública e, quando dão, evidentemente, a qualidade daquela informação é, no mínimo, questionável. Sem sombra de dúvida, qualquer ação de segurança pública pressupõe antes uma análise que, por sua vez, pressupõe a transparência sobre os problemas e os dados sobre aquele problema e aquela região.

O foco: se é necessário ter informação, para que essa informação? Para fazer um diagnóstico de segurança pública. Mas como é, geralmente, feito um diagnóstico de segurança pública neste País? É feito um edital onde são colocados parâmetros genéricos sobre a questão. E quem ganha o edital? A pessoa que propuser o menor valor. Então, o diagnóstico não tem um valor tão importante assim para a sociedade, aparentemente, porque qualquer pessoa que minimamente consiga estabelecer ou provar ser capaz de analisar aqueles parâmetros do edital, ao menor custo, ganha o diagnóstico de segurança pública. Pensem se isso é razoável.



Outra questão importante: para transparência, para diagnóstico, tem que ficar claro o quê? Qualquer política de segurança pública requer coragem, porque qualquer política de segurança pública efetiva terá perdas políticas, sem sombra de dúvida.

Outra questão fundamental é o investimento. Investimento na remuneração de policiais, sim; apoio psicológico a policiais. Tentem analisar o apoio que um policial que foi envolvido numa ação violenta, que deu um tiro e matou alguém, recebe. Pensem no impacto disso numa pessoa que, diariamente, sai às ruas para fazer a segurança dos cidadãos. E não só apoio psicológico, mas também equipamentos qualificados ao seu problema.

Em São Paulo, nós temos o Método Giraldi, que argumentam ser responsável pela redução da letalidade policial. Além disso, houve uma troca de armas. Antigamente nem os coletes à prova de balas eram adequados à polícia. Hoje há *tablets* em viaturas. Mas, acreditem, a gente está atrasado, em São Paulo, pelo menos 20 anos. E, pela análise que eu faço, indiretamente, muitos Estados da Federação estão muito piores do que o Estado de São Paulo.

Combate a organizações criminosas: tem que ficar claro que isso é um problema, apesar de muitas pessoas da Secretaria de Segurança Pública afirmarem que isso não é um problema tão grave assim. Por que é um problema?

Vamos imaginar, voltando no foco, o problema que envolve jovens negros e pobres da periferia. Uma coisa que tem que ficar clara é que existem ganhos materiais e também ganhos simbólico-afetivos por se estar no tráfico de drogas. Para muitas pessoas, para muitos jovens, isso é entendido como uma opção — e talvez, para muitos jovens, isso seja visto como única opção. Isso tem que ser encarado dessa forma. Para muitos jovens, entrar no tráfico é uma opção, senão a única opção.

Prevenção de fatores de risco — chover no molhado: consumo exagerado de álcool, consumo de drogas, são fatores que aumentam o risco de uma ocorrência violenta. Então, continuamente, tem que haver uma ação adequada a essa questão.

Por fim, pensando na obtenção da informação até o final, que é a ação efetiva de segurança pública e a análise dessa ação efetiva, a gente percebe outro



problema que há no País: a falta de avaliação das políticas públicas, se elas efetivamente funcionaram ou não, e o seu grau de qualidade e de efetividade.

O fato é que, desde o início, é fundamental reunir o Poder Público, em todas as suas instâncias, com a sociedade civil e cada um dos cidadãos envolvidos no problema. “Ah, não! O cidadão não sabe qual é o problema. Eu tenho que fazer uma análise e apresentar para ele qual é o problema”. Não: ele está envolvido e é fonte fundamental de informação.

Então, eu gostaria de deixar como frase final à Comissão, primeiro, uma coisa óbvia: a violência é um fenômeno complexo. Contudo, essa complexidade está muito longe de evitar ação. Ela é complexa por quê? Porque você tem que estabelecer qual é o problema em certo lugar, em certo momento; qual é o conjunto de condicionantes daquele problema naquele lugar, naquele momento, e é um conjunto limitado de problema em certo lugar, em certo momento.

É complexo? É. É possível a análise? É. Mas muitos acadêmicos, como eu, por exemplo, têm uma dificuldade enorme de ter acesso à informação, que seria o primeiro passo, até porque essa informação não é gerada, muitas vezes, e muitas vezes não é gerada com qualidade. Cada cidadão tem o direito e o dever de exigir melhor qualidade da informação.

Gostaria de agradecer pela oportunidade. Fico à disposição para qualquer tipo de dúvida que tenha ficado.

Obrigado pela paciência. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Marcelo, pela contribuição. Precisos 29 minutos. Ainda tinha 1 minutinho.

Quero passar a palavra para o nosso próximo convidado, Renato Sérgio de Lima, Vice-Presidente do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, o posicionamento dos Parlamentares e de outras pessoas serão feitos depois?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim, após a fala dos convidados, e também nós vamos dar a palavra por 5 minutos a dois membros da sociedade civil que estão numa oficina da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.



Com a palavra o Vice-Presidente Renato Lima.

O SR. RENATO SÉRGIO DE LIMA - Bom dia, Deputado Reginaldo Lopes, Deputado Orlando Silva e demais Deputados e Deputadas presentes.

A fala do Marcelo é bastante ilustrativa. Eu vou pedir para colocar logo a primeira apresentação, mas eu vou tentar fazer uma improvisação que passa pela seguinte questão.

Com certeza, os Deputados aqui presentes já presenciaram as exposições do Marcelo, da Anistia Internacional, do Júlio Jacobo e de uma série de outras instituições que têm investido na explicitação do problema hoje para a sociedade brasileira não só da violência, como também das questões da segurança pública e das questões envolvendo os jovens negros, sobretudo a violência contra jovens negros. Então, eu não vou entrar no detalhe do dado em si, mas eu queria discutir qual o papel político institucional dessa informação e, por exemplo, como nós estamos construindo uma nova narrativa em relação às políticas públicas, que, no limite, é o que nós estamos pensando aqui.

Se o fenômeno da violência é um fenômeno multicausal, como bem nos mostrou o Marcelo; se as políticas públicas também não podem ser as mesmas, não há uma única receita em relação ao problema, nós percebemos — e abro um parêntese com uma manifestação explicitamente política —, no debate da redução da maioria penal, a mesma tentativa de aplicar uma mesma receita que já não tem dado certo a um problema, quando a gente poderia estar aqui também pensando soluções mais adequadas à questão da violência. Então, a gente está tentando enquadrar no mesmo receituário, que tem quase 80 anos, um problema que é muito mais sério, e fecho o parêntese. Aí, uma discussão fundamental é como a gente constrói essa nova narrativa em relação à segurança pública brasileira, portanto em relação à política pública.

Faço só uma rápida nota introdutória. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública é uma instituição que foi criada em 2006, na ideia, de um lado, de aproximar segmentos... Nós somos formados por policiais civis e militares, federais, rodoviários federais; nós somos formados por praças, oficiais, agentes, delegados e também por pesquisadores acadêmicos, representantes da sociedade civil, mídia, enfim. É uma tentativa de ser um espaço plural de debates sobre o tema.



Nós temos duas apostas básicas: aproximação de segmentos e explicitação da transparência em relação aos dados. Só que gente tem uma aposta política muito explícita — é o que eu queria comentar com os senhores e com as senhoras —, que tem a ver com a explicitação não só na transparência da informação, mas também na prestação de contas.

O Legislativo brasileiro tem um papel fundamental nisso, que é construir todo um arcabouço que faça com que os órgãos públicos prestem contas. Não basta ter dados. Eu sempre comento — quem já me ouviu falar provavelmente vai me achar repetitivo — que dados sobre crimes e criminosos nós temos desde 1871. A mesma lei que criou o inquérito policial já exigia da Secretaria da Justiça à época, equivalente ao Ministério da Justiça do Império, que fossem preenchidas quase 80 páginas de formulários estatísticos. Então, as polícias brasileiras produzem dados há vários anos, e não necessariamente dados que são utilizados como informação e conhecimento para qualificar política pública, muitas vezes como castigo do dia a dia e muitas vezes como formas de simplesmente gerar algum tipo de papel sem que ele seja convertido em inteligência e operação no cotidiano.

Com base nisso, a discussão que eu queria fazer é que nós temos, desde 2007, uma publicação que é amada e adorada por vários segmentos, que é o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Por que ela é amada e adorada? O estudo que o Marcelo acabou de apresentar eu diria que só é possível ser produzido em São Paulo e em pouquíssimas outras capitais do País em função da disponibilidade de dados. Ele bem destacou a dificuldade de produção de dados. Só que, se a gente ficar esperando dados reais, a gente fica sempre na discussão mais ideologizada do dever ser do que a busca de evidências concretas.

Então, o papel do *Anuário* foi compilar e trazer dados já disponíveis para mostrar o que já existe a partir disso, mesmo que seja um retrato parcial, do problema da realidade e também trazer diferentes pontos de vista, trazer diferentes informações, construir os vários argumentos colocados.

(Segue-se exibição de imagens.)

Então, se a gente olha para a segurança pública, as instituições estão gozando de baixíssima confiança por parte da população, segundo diferentes fontes.



A gente pode dizer: “Ah, uma fonte é tendenciosa e outra não”. A gente está usando os dados disponíveis, de novo, sempre parciais, porque nós temos uma carência muito grande de dados e informações.

Essa é uma tarefa que precisa ser trabalhada e, de alguma maneira, explorada de forma mais intensa pelo poder público. Por exemplo, na última Legislatura, que se encerrou em dezembro de 2014, 4% dos Deputados eleitos eram policiais ou ex-policiais. Essa divulgação foi feita ano passado, em novembro. Se a gente olhar, nós tivemos, nos 4 anos da Legislatura, 35 projetos ligados à área de segurança pública; 43% desses projetos dedicados a interesse corporativo, legítimos — essa não é uma questão que está em jogo aqui, como anistia de greve, aumento salarial. São essas questões. Ou seja, se a gente for pensar, eu poderia dizer que dois projetos tiveram como foco o incremento da política de segurança pública e da integração. Um deles é o que cria o Sistema Nacional de Informações, criado em 2012. E aqui eu já trago logo de cara para a Casa pensar um pouco também sobre a sua relação com a área de segurança pública e sobre como isso, de alguma forma, está associado à discussão sobre uma nova narrativa e a investigação dos problemas.

Se a gente olhar, vai perceber que a população brasileira, independentemente das instituições em si, acha que desobedecer às leis é uma coisa muito simples no Brasil: 81% da população acham que é fácil desobedecer às leis no País. Então, a gente tem algum indício aqui importante de que a gente, de algum modo, tem a tarefa de construir instituições públicas mais confiáveis.

Mas olhem que interessante esta questão: nosso Judiciário e nossa Polícia gozam da confiança de 32%, no caso do Judiciário, e de 33%, no caso da Polícia. O Ministério Público, que é sempre uma instituição bem-vista, não alcança a maioria: são 48%.

O que isso significa na discussão? Se eu estou pensando em narrativa, eu estou pensando que eu preciso fortalecer as instituições. É preciso fortalecer as instituições porque mais da metade da população brasileira não está confiando nem mesmo no Ministério Público, que conseguiu investir muito na construção de uma imagem de instituição independente e autônoma. Essa é uma questão.



E aqui há uma tendência brasileira de confiar no delegado, no oficial, no promotor, no juiz e menos na Polícia Militar, na Polícia Civil, no Judiciário. Você vai perceber que 59% dos brasileiros acreditam que a maioria dos juízes é honesta e 51% que a maioria dos policiais é honesta.

Então, quando a gente olha para isso, a primeira informação em que a gente começa a pensar — claro que isso precisa ser aprofundado — é que há uma discussão institucional pela frente, e não só individual. Não é a conduta individual que está em jogo, é, na verdade, a forma como as instituições públicas vão construindo a sua legitimidade na população.

Esse é um ponto importante para quando a gente começar a trabalhar os dados da juventude negra assassinada no País. *“Ah, mas é difícil e a gente não tem dinheiro.”* O que a informação que a gente vai começar a trazer mostra? Se a gente olhar o custo social da violência, a gente vai perceber que gastou, no ano de 2013, 258 bilhões de reais com violência. Esse gasto de 258 bilhões é equivalente a 5,4% do PIB, dinheiro que poderia estar sendo carreado para a educação, saúde, para uma série de questões, e mesmo para a segurança pública, que é responsável por 66 bilhões, se somarmos o sistema carcerário. Ou seja, 192 bilhões são custos indiretos da violência: mortes, anos de vida perdidos para a população.

E, fazendo a discussão, portanto, de que nós não gastamos tão pouco assim, talvez estejamos investindo muito mal e aplicando o dinheiro disponível, porque 66 bilhões de reais equivalem a 1,26% do nosso PIB, investimento maior do que o do Chile, que tem taxas baixíssimas de violência e polícias que gozam da confiança da população, e é maior do que o dos Estados Unidos, que têm um número de homicídios relativamente grande. Ou seja, dentre os países com menor taxa de homicídios, os Estados Unidos não são exatamente um modelo de país tranquilo. Nós poderíamos pensar na Suécia e em outros países com mais calma.

Mas, na verdade, a gente gasta a média que gasta a União Europeia e tem dez vezes mais homicídios. A gente gasta mais do que os Estados Unidos e tem uma realidade completamente diferente.

Então, com certeza, está faltando dinheiro, porque a gente sabe a realidade das instituições, em especial das instituições policiais brasileiras, mas esse dinheiro também está sendo, de alguma forma, mal aplicado ou a gente não está tendo



capacidade de investimento. Esses dados são muito emblemáticos quanto a isso. Não é que nós gastamos pouco, talvez estejamos gastando mal o dinheiro disponível. Essa é uma evidência bastante importante.

E aí a gente começa a pensar numa questão fundamental, que tem antagonizado com muita intensidade as instituições policiais e o Movimento Negro.

O Brasil é um país que aceita que os profissionais da segurança pública matem ao menos seis pessoas por dia — as polícias — em 2013, chegando esse número a 1.197. O número anualizado é de quase 2.200. E o que a gente tem aqui é que, ao mesmo tempo em que as polícias brasileiras matam, o argumento vai ser: *“É, mas a criminalidade é grande também, somos o país onde mais morrem policiais.”*

Infelizmente, nós somos um país onde os policiais morrem também numa intensidade muito grande. Nós temos 1.770 policiais vitimados nesse mesmo período. O que isso significa, falando em 5 anos, falando claramente? O Brasil aceita um padrão de violência em que a polícia mata e os policiais se deixam matar.

A questão não é só a gente olhar a polícia má e a sociedade indefesa, mas olhar, uma vez que a questão é institucional, como nós aceitamos um padrão operacional que faz com que o policial brasileiro corra três vezes mais risco de morrer assassinado do que a média da população e, ao mesmo tempo, faça com que, na sua interação, cerca de seis pessoas por dia sejam mortas. Uma questão está associada à outra e, na nossa hipótese, está associada ao padrão operacional com o qual a gente faz com que as polícias possam ir para a rua.

E a gente começa a desdobrar. Quem conhece — e eu sei que há aqui dois ou três profissionais da área, policiais — vai entender que o policial vai para a rua, na ponta, muitas vezes com um colete vencido. As Forças Armadas levam 8 meses para autorizar a compra de um colete pela instituição policial. Um oficial, às vezes, dá 20, 30 tiros por ano em treinamento; um praça dá dez tiros por ano em treinamento. Então, é, mais do que nunca, uma questão institucional; é, mais do que nunca, uma questão de pensar como as instituições estão colocando o policial na ponta. E ainda botam na cabeça dele, na academia, que ele é herói. E aí ele vira herói só na hora em que morre.



Então, ele é herói, é policial 24 horas, está em defesa da sociedade. Só que o policial está morrendo não em serviço. Setenta e cinco por cento dos policiais estão morrendo fora de serviço, por ene questões. Mas a gente percebe que aquela imagem da instituição de fazer do policial o herói, de fazer herói o combatente guerreiro que vai para frente e, na hora que vê uma injustiça, tem que agir, independentemente de estar em serviço ou não. Quando ele está em serviço, ele tem o colega, tem a viatura, tem o colete, tem a farda, tem um universo de proteção muito maior. E quando ele está fora de serviço e tem que atuar, porque todo mundo diz para ele que é o herói, ele morre.

Então, a discussão que está em jogo é sobre o padrão de enfrentamento. E aí vão dizer: *“Mas é a única forma de a gente dar conta da criminalidade.”* Há alguns anos, no início dos anos 2000, como as polícias lidavam com o sequestro? É só lembrar a moda dos sequestros, sequestros mesmo, não sequestros-relâmpago. Como é que hoje elas atuam? Elas chegam ao cativo, isolam, cortam a água, cortam a luz, não vão invadindo de peito aberto. E hoje em vários lugares não há sequestros. Se a gente trabalhar com inteligência consegue proteger a população e proteger o próprio policial. Isso é procedimento. Isso é padrão. Isso é operação. E já sabemos fazer, não precisa pensar em modelos internacionais.

Mas, na verdade, a questão mostra que o nosso drama não são só as polícias, porque, em algumas estimativas, o Ministério Público manda arquivar 90% dos inquéritos policiais militares que as Polícias Militares relatam em relação a mortes envolvendo policiais. É quase dizendo: *“É assim que a gente tem que resolver o problema.”* O Judiciário fica resolvendo... Nós temos um sistema prisional cuja política criminal prioriza o quê? Se nós olharmos a questão dos homicídios, vamos perceber, pelos dados disponíveis, que, dos 20 mil jovens cumprindo medidas socioeducativas, 11% correspondiam a crimes violentos — basicamente homicídios e latrocínios. O Judiciário da infância e da juventude, igual ao Judiciário de adultos, optou por prender microtraficantes — no caso, os adolescentes — e praticantes de crimes patrimoniais. Se a gente vai prender todo mundo, a gente tem que pensar a política criminal. Aqui fica claro que essa é uma opção da sociedade brasileira, da legislação penal, que tem um custo. E a gente tem que perguntar se esse custo está sendo mais efetivo e eficiente. Como disse o Marcelo, a gente tem



pouquíssimos programas de avaliação para saber se essa é a melhor forma de punir alguém.

E a gente olha para a questão do encarceramento a partir de uma ideia em que faltam 220 mil vagas e, ao mesmo tempo, há um crescimento médio de 10% da população carcerária. E aqui a gente vai trabalhar uma questão que vocês também já devem ter discutido largamente, que é a seguinte: quem está sendo preso? Quem está sendo preso é quem está sendo preso em flagrante, porque só 8% — em média, segundo a estratégia nacional de segurança pública — dos homicídios, no caso, são esclarecidos. Algumas pesquisas, como em São Paulo, estimam que só 4% dos roubos são esclarecidos.

Então, o trabalho de investigação da Polícia Civil dá conta de uma pequena parcela. Quem está sendo preso? E aí está exatamente a questão de quem está sendo preso em flagrante, aumentando o protagonismo da Polícia Militar. Eu não sei se ela será ouvida, mas, junto com uma pesquisadora da Universidade Federal de São Carlos, Jacqueline Sinhoretto, a gente tem trabalhado a ideia da seletividade. As Polícias Militares, hoje, definem a clientela do sistema de justiça brasileiro, porque é ela que, a partir da prisão em flagrante, define quem vai ser objeto do tratamento penal ou não, uma vez que nós temos uma baixa taxa de esclarecimentos.

E aí o que acontece? No sistema prisional adulto nós reproduzimos o modelo socioeducativo: 50% dos presos estão lá por questões patrimoniais; 26%, por questões de droga, exigindo uma discussão sobre a política de droga; e 12%, por homicídios. Agora é que o Brasil começa a pensar em um pacto nacional de redução de homicídios — você tem Pernambuco, você tem Bahia, você tem Espírito Santo, você tem Amazonas, você tem Minas Gerais, você tem São Paulo, você tem você tem Paraná, Ceará, você tem uma série de Estados criando programas de redução do número de homicídios, cada um com um nome. E a gente percebe, na hora de integrar esforços, que, se a gente vai começar a prender mais homicidas — e esse é um objetivo que eu acho louvável, que tem que ser priorizado —, a gente vai também pensar como é que vai ficar o sistema prisional. Esse é um debate em que temos que refletir.



E aí a gente começa a perceber, na ideia de definir a clientela do sistema prisional, que nós temos hoje que os negros são 18,4% mais encarcerados e 30,5% mais vítimas de homicídios no Brasil — vocês já discutiram isso e ainda vão, provavelmente, discutir. Mas o que isso significa em termos de política criminal e em termos de política de segurança pública?

Muito provavelmente, a discussão dos encarcerados vai ficar muito associada, se a gente tem um viés, a dizer que é um viés de classe e não racial. “Ah, é a questão da renda”. Mas o que os estudos da Jaqueline Sinhoretto vão indicar e que os nossos estudos estão indicando é que mesmo entre os pobres os negros são mais presos do que os brancos.

Então, é claro que são fenômenos associados — afinal de contas, nós temos um déficit histórico em relação aos negros no País. Mas a gente não pode pensar em resumir a questão racial a uma questão de renda. É preciso ter a coragem de reconhecer a existência de um problema racial bastante grande e que vai mostrar, por exemplo, que hoje 68% dos mortos são negros e 62% são encarcerados.

E há a ideia de que, exatamente, nós temos, primeiro, um problema de carência de dados. Essa é uma realidade. Da mesma forma que polícia reclama que falta arma, viatura e efetivo, pesquisador sempre vai reclamar que falta dado, que a gente não tem acesso a dado, que não tem essa discussão. São os nossos vícios das corporações de ofício. Faz parte. E cada um tem a sua legitimidade de pedir isso. Acho que essa é uma discussão.

Agora, nós também temos uma discussão importante, que é: se a gente quer criar impactos reais na política pública, a gente tem que trabalhar com o que existe; tem que pensar no desejável, investir no desejável; mas a gente não pode ficar paralisado, esperando o que está acontecendo, esperando um dia ter o cenário perfeito.

Os dados disponíveis, com base na PNAD — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, e os dados de outras fontes, o Censo, os dados socioeconômicos disponíveis permitiram que, em 2008, a pedido do Ministério da Justiça, do PRONASCI — Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, nós criássemos um índice de vulnerabilidade juvenil à violência. Pensar a violência não é só pensar o homicídio, é pensar também a questão da mortalidade por



homicídio, acidente de trânsito, frequência à escola e situação de emprego, pobreza, desigualdade — essa é uma questão fundamental.

No fim do ano passado, o programa Juventude Viva, que pela programação seria apresentado hoje também, pediu ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública que nós atualizássemos o IVJ-Violência criado em 2008, mas incluindo uma dimensão nova sobre a desigualdade racial.

E quais são as nossas questões? Nós incluímos uma variável, que é a variável “risco relativo de homicídios entre negros e brancos”. O que é isso? Qual a chance de um negro morrer assassinado em relação a um branco, e também o inverso?

Qual é a grande questão que a gente descobriu? Se a gente olhar um dado macro, a gente vai perceber que na Paraíba, por exemplo, o risco de um jovem negro morrer — e aí a gente controla a população; não é quantidade, é proporção, é risco relativo — vítima de homicídio é 13 vezes o de um jovem branco. Em Pernambuco é 11 vezes.

E aí a gente colocou esse risco como um dos componentes do índice. E o que a gente descobriu? A gente usou uma metodologia de um índice sintético, como o Índice de Desenvolvimento Humano. É uma discussão sobre essa questão. Mas se a gente for olhar para essa realidade, os índices de desigualdade racial, a partir dessa informação, nós vamos ter Alagoas, Ceará, Pernambuco, Paraíba, o Nordeste com taxas muito altas de vulnerabilidade juvenil à violência, repetindo um padrão que o Julio Jacobo deve ter mostrado para vocês de crescimento da violência no Nordeste, repetindo um padrão que o Marcelo mostrou na periferia de São Paulo e repetindo um padrão que o Anuário está mostrando aqui.

Só que o índice é importante por algumas questões que nos ajudam a refletir sobre que a política pública precisa ser também baseada num critério que lá no PRONASCI nós tínhamos, que é: qualquer política pública que se pretenda eficiente tem que ter foco territorial. Não dá para pensar receitas macro em cenários, porque essas receitas provavelmente fracassarão.

E uma discussão que a gente tem é a seguinte: se eu olhasse de modo provocativo, se eu fizesse uma simulação, se eu conseguisse zerar a desigualdade racial no Brasil, se nós tivéssemos políticas públicas milagrosas e se nós



conseguíssemos zerar o déficit que nós temos com a população negra brasileira, nós teríamos uma realidade — isso é uma simulação estatística — na qual o lugar que mais conseguiria reduzir a vulnerabilidade juvenil à violência não seria o Nordeste. Acreditem, seria o Distrito Federal.

O Distrito Federal tem um índice de vulnerabilidade juvenil à violência no qual os negros correm seis vezes mais risco de morrer assassinados do que os brancos. Ele está acima da média, mas está, digamos, num patamar alto, mas mediano.

Qual é a grande questão? Se eu fosse focalizar apenas na discussão do risco, Paraíba e Pernambuco, Alagoas e Ceará seriam objeto prioritário. Agora, quando eu começo a pensar se eu quero reduzir vulnerabilidade, eu quero associar prevenção social — e várias pessoas tentam dizer o que é prevenção, mas ninguém tem ideia do que é prevenção, nenhuma ONG, nenhum governo, nenhuma política pública —, a gente vai ter claro que o Distrito Federal é o local onde a gente tem mais potencial, mais condições de fazer com que o investimento na redução da desigualdade racial diminua efetivamente a vulnerabilidade juvenil à violência.

O que está por trás desse debate? Primeiro: qualquer política que seja proposta por esta Casa precisa prestar levar em consideração as diferentes clivagens que, de algum modo, reconheçam que o Brasil tem um sério problema de violência letal; que essa violência letal não é só responsabilidade do crime, e nós temos sempre que lembrar que podemos pedir racionalidade, podemos pedir normas, podemos pedir inteligência, podemos pedir, na verdade, respeito à legislação do Estado, das instituições públicas, porque nós não podemos pedir isso e achar que o crime organizado, ou não organizado, vai cumprir com isso; e por isso é crime e precisa ser responsabilizado.

Então, há o argumento de que os Estados estão só reagindo ao crime. Não. O Estado precisa ser mais inteligente. Essa é a natureza do Estado. E essa é outra discussão que nós trazemos aqui. Se a gente pensar que esta Casa pode pensar isso, primeiro, sem nenhuma margem de dúvida, nós precisamos aumentar a relação de confiança das instituições públicas com a sociedade civil. Segundo, a polícia é uma instituição necessária numa democracia, e é uma instituição que precisa ser, por natureza, forte. Forte não tem nada a ver com violência. No momento em que for violenta, perde a razão. Nós não podemos justificar a violência



pela violência, senão olháramos situações como — radicalizando, só provocativamente — a do Estado Islâmico e acharíamos que podemos fazer o mesmo. Não, nós não podemos fazer o mesmo. Nossa Constituição não nos permite fazer isso.

Outra questão fundamental: uma política de redução da violência. A questão é: a gente não está pensando na redução da violência como algo em si mesmo, a gente está pensando na violência como garantia de direitos, portanto, a gente tem que pensar em quem são as vítimas preferenciais. Temos, sim, que colocar o foco no jovem, todas as evidências mostram isso. E todas as evidências mostram que a gente precisa nisso levar em consideração o jovem negro.

Terceira questão: qualquer política de redução da violência, segundo todas as evidências, precisa considerar que, sem foco territorial, muito provavelmente, a questão vai ficar sendo resumida a retóricas ideologizadas e não a evidências que possam ser objeto de modernização das políticas públicas.

De novo: o debate político é mais do que legítimo, mas se a gente tem dados e faz com que os dados sirvam para que as instituições prestem contas, com certeza, vai desideologizar as posições e começar a trabalhar com os fatos concretos.

Então, concordando com o Marcelo, a gente tem uma agenda de transparência pela frente, como acontece nos Estados Unidos com o discurso à nação do Presidente todos os anos. Aquilo não é porque ele tem boa vontade, há uma obrigação legal de ele ir lá prestar contas. No Canadá, o sistema de justiça criminal exige que todo ano um relatório de prestação de contas seja publicado. Da mesma forma que o Tribunal de Contas aprova as contas, o Congresso aprova uma prestação de contas em relação à Justiça criminal.

Nós também temos que ter, talvez, uma política pública que envolva o Legislativo, o Judiciário, o Ministério Público, as Defensorias, o Poder Executivo em suas várias instâncias, Municípios, Estados, uma política pública que tente formular um princípio de prevenção social, enfim, trabalhando de forma articulada.

Agora, uma política pública que comece por algum lugar, porque quando a gente fica no universo — já acabou meu tempo — da discussão em relação a “*agora*



o problema é da PM, o problema é da Polícia Civil, a sociedade é que é violenta” a gente não sai do lugar.

A gente tem que ter coragem. É preciso haver liderança política, espírito público naquilo que é mais valioso, ter condições de construir uma nova narrativa em relação à segurança pública. Segurança pública, sem dúvida nenhuma, não é só polícia. E como fazer a segurança pública não somente com as polícias é algo para o que esta Casa pode colaborar, e colaborar muito.

As iniquidades, as injustiças, as deficiências, as falhas das corporações precisam ser explicitadas. Os pesquisadores aqui mostraram aos montes, e eu também.

A minha mensagem, para terminar, é que, sobretudo, ou a gente investe na articulação de esforços — sem inocência, esta Casa é o local para dizermos isso, sem inocência — ou a gente parte para um novo pacto, uma pactuação mesmo. Ninguém precisa concordar em tudo, mas a gente precisa concordar que o Brasil não pode conviver com jovens negros sendo mortos e comendo, na sua maioria, uma triste estatística de 60 mil pessoas mortas por ano. E, para piorar, 225 mil roubos, 51 mil estupros e assim sucessivamente. Isso com estatísticas que são frágeis.

O que a gente não pode aceitar é que a violência seja a linguagem corrente, porque se a gente aceitar isso já perdeu. Se a gente ficar no discurso do *“cada um no seu quadrado”*, a gente, sem dúvida nenhuma...

Peço licença ao Deputado Reginaldo Lopes para dizer que o desafio da CPI é também o de construir uma nova narrativa, que estimule os vários segmentos a pensar em uma pactuação. Se conseguir isso, talvez seja um dos maiores ganhos recentes da história brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu quero pedir aos nobres colegas, como nós estamos recebendo aqui várias organizações juvenis que militam no tema sobre a questão dos jovens negros e violência, que suspendêssemos por 10 minutos a reunião para permitir duas intervenções dos movimentos por 5 minutos.



Mas antes eu quero anunciar a presença de várias entidades: Fórum Nacional de Juventude Negra; Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana; Coletivo Nacional de Juventude Negra; Centro de Estudo e Memória da Juventude; União Nacional dos Estudantes; Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial; Conselho Nacional de Juventude; e a sempre presente Secretaria de Políticas de Promoção e Igualdade Racial — SEPPIR.

Então, são vários líderes e movimentos e eles deram a indicação da intervenção do Cledisson Júnior, de Minas Gerais, e da Juliana Kitanji. Então, por 5 minutos, vamos começar pelo Cledisson e depois a Juliana.

O SR. CLEDISSON JUNIOR - Bom dia a todos e a todas. Parabenizo os Deputados que tiveram a iniciativa de instalar esta CPI e, na pessoa do Presidente desta CPI, Deputado Reginaldo Lopes, de Minas Gerais, cumprimento todos os Deputados, Deputadas e Congressistas presentes.

Primeiro quero dizer que um espaço como este é muito singular. Ele dá resposta a uma demanda antiga e muito importante, estratégica para o conjunto dos movimentos populares, em especial o Movimento Negro, que é trazer para esta Casa as nossas denúncias históricas acerca de assassinatos, desaparecimentos e violência que a juventude negra vem sofrendo ao longo dos anos no Brasil.

Nos 5 minutos que me cabem é importante fazer um diálogo com o conjunto de diagnósticos que vêm sendo apresentados pelos especialistas que já passaram por esta CPI, e que ainda passarão, acerca dos elementos que organizam esse contingente de violência, sendo que um dos temários desta CPI é identificar as causas e razões, em um primeiro momento.

É importante destacar o papel que o racismo — e, na sua especificidade, o racismo institucional — cumpre em determinados lugares e não lugares da juventude negra, da população negra em particular, mas da juventude negra brasileira, em especial.

Os diagnósticos corroboram muito do que apresentamos nas últimas décadas de que a violência, principalmente na relação do Estado com a sociedade, atinge com centralidade a juventude negra brasileira.



Levar ao ponto, levar ao cerne desse debate a questão do racismo e trazer o racismo para ser discutido nesta Casa também não é pouca coisa. Nós estamos, neste momento, fazendo um debate muito estratégico, nevrálgico, importante para a sociedade brasileira, que é sobre a redução da maioridade penal. Isso atinge e impacta diretamente o conjunto da população jovem negra do Brasil.

Então, estamos convencidos, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, participantes da CPI, que os possíveis desdobramentos desta Comissão poderão também servir de subsídios para a discussão que a sociedade vem travando nos últimos períodos acerca da maioridade penal.

Sobre a nossa participação neste espaço, quero dizer que nós, conjunto de militantes, dirigentes jovens, homens e mulheres, do Movimento Negro, das organizações que pautam a questão do combate ao racismo e pela igualdade racial neste espaço, nesta Casa, desejamos muito, demandamos bastante e, com uma paciência histórica, queremos trazer para o conjunto de discussões dos Deputados e Deputadas e, num segundo momento, dos Senadores e Senadores, formas de incluir o racismo como elemento fundamental a ser extirpado da sociedade brasileira. Não temos mais tempo para tolerar essa discrepância, essa excrescência. A sociedade brasileira não admite mais as diferenças que organizam suas relações sociais. Não toleraremos mais esse tipo de relação.

E, para concluir, companheiros e companheiras, faço coro e concordo com a finalização da intervenção do Dr. Renato Lima acerca do que esperamos deste espaço: que sirva minimamente para construir uma nova narrativa acerca das relações raciais e sociais no Brasil; que a Câmara dos Deputados, que o Congresso Nacional incorpore a sua agenda de forma definitiva e responsável a questão do racismo, de forma a garantir dignidade e promover cidadania para o povo brasileiro, em especial para nossa juventude negra.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra a Juliana.

A SRA. JULIANA KITANJI - Eu quero iniciar minha fala agradecendo pela oportunidade de, neste momento, quando a juventude tem sofrido um ataque com a diminuição da maioridade penal, a gente construir a oportunidade de ser ouvido como vítima. Estar numa Comissão Parlamentar de Inquérito é realmente o



reconhecimento de que somos vítimas da violência deste Estado. E reconhecer que somos vítimas é não nos criminalizar por estarmos mortos.

Srs. Deputados, precisamos realmente investigar e ter um relatório que mostre a realidade das vítimas, dos jovens negros neste País, e saber que a Polícia Militar escolheu prender quem roubou as classes ricas e os brancos deste País e não punir quem matou os jovens negros.

Existe uma escolha, e essa escolha é orientada pelo racismo institucional e pela escolha da escravidão, do crime que lesou a humanidade neste País. Essa escolha está intrínseca, está dentro das instituições públicas deste País.

Ser ouvida, ser jovem mãe de um menino de 6 anos e saber que o meu filho tem 13% de chance de ser morto é estar aos prantos, é estar aos choros. Não só saber as causas e as razões, mas saber as consequências no coração de uma mãe, saber as consequências no coração de uma comunidade. Ao morrer um jovem, morre a chance de aquela comunidade realmente reconstruir e acabar com o racismo neste País.

Hoje nós autorizamos a manutenção desse crime, do crime que lesou a humanidade neste País. Saber que o genocídio por que a juventude negra passa hoje, que o genocídio da população negra extermina a condição física e psicológica da manutenção da população negra neste País. Nós realmente não reconhecemos o papel histórico dessa população e não reconhecemos o papel histórico da permanência viva dessa população deste País. A nossa vida realmente tem menos valor do que certos patrimônios, do que certas casas, do que certos valores nos bolsos de alguns que andam por este País.

É com grande esperança que o Movimento de Juventude, que o Movimento Negro espera que o relatório desta CPI realmente reconheça as vítimas e reconheça que existe uma causa *mater*, e essa causa é o racismo. E se a gente hoje não tratar da reprodução do racismo nas instituições públicas, da reprodução do racismo em todas as instâncias do Estado brasileiro, nós não vamos conseguir realmente entender as causas e razões da violência contra a juventude negra. Mais do que as causas e razões, é preciso entender as consequências que existem para o desenvolvimento econômico do nosso País, as consequências e os custos sociais do crescimento do nosso País.



Somos brasileiros e brasileiras que construíram e constroem este País. Se não tivermos um relatório que trate das causas e das consequências da mortalidade da juventude, não vamos conseguir pensar em soluções. Se nós não soubermos o custo real da morte desses jovens, não vamos conseguir fazer. Não basta olhar números e entender que eles são números da realidade. Eles não são números da realidade, eles são números da história deste País, são números da realidade que cada um e cada uma de nós mantêm na educação pública deste País e na educação dentro das nossas academias de polícia: “*Eu não só treino heróis, eu treino assassinos.*” Hoje nós temos que discutir qual é a seleção real que temos de jovens para morrer, quem eu posso selecionar como criminoso neste País.

E, por último, eu quero tratar de uma palavrinha que está no final do nome desta Comissão: “desaparecidos”. O desaparecimento, para uma mãe hoje na periferia deste País é a forma de omitir os crimes. Se não acabarmos com os autos de resistência neste País e se realmente não investigarmos o desaparecimento dos jovens nas periferias, vamos estar maquiando mais uma vez, com vidas, a mortalidade neste País.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu quero agradecer à Juliana, ao Cledisson e aos demais membros da oficina de diálogo sobre políticas públicas da SEPPIR pela presença. Muito obrigado. Quero que vocês continuem por aqui, pois nós vamos começar o nosso debate.

Antes disso, concedo a palavra ao Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sr. Presidente, só quero lembrar que nós precisamos votar os requerimentos, porque já se iniciou a Ordem do Dia e pode ser que nós sejamos convocados a votar e não aprovemos os requerimentos da Comissão.

Mas, aproveitando que V.Exa. me concedeu a palavra, quero explicar, sobretudo ao Renato, a minha ausência. Estamos enfrentando uma situação *sui generis* nesta Casa. Os espaços de debates políticos têm sido fechados. Esta Casa antes impedia a tramitação, impunha resistência a projetos de lei; agora está criando problemas até mesmo com os espaços políticos. Eu, Margarida e Carlão estávamos agora na Comissão em frente, a Comissão de Ciência e Tecnologia, tentando



garantir o Seminário LGBT, que vai tratar da empatia e do ódio nas redes sociais, incluindo o ódio racial.

Foi um debate extenso, porque os outros Deputados se negaram a aprovar o requerimento para a realização de um seminário. Quer dizer, não é um projeto de lei, é um seminário, que eles não querem mais que seja realizado nesta Casa. E é um milagre, inclusive, esta CPI estar acontecendo, porque houve resistência a ela também. Mas conseguimos emplacá-la. Para o Seminário LGBT, estamos nessa batalha. Então, peço desculpas a vocês por não ter ficado aqui. Nós temos que nos dividir, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então vamos passar a apreciação dos requerimentos. Nós temos apenas um requerimento...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O da sua autoria nós aprovamos na semana passada. Foi subscrito pelo...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Na minha cola santa não consta, mas o Robson está dizendo que realmente são dois. Como nós temos quórum e não está havendo Ordem do Dia no plenário, eu peço licença aos convidados para aprovarmos a ata e os dois requerimentos. Em seguida, passaremos ao debate, que tem como primeiro orador inscrito o Deputado Delegado Éder Mauro.

Então passemos à apreciação da ata.

Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias das Ata nº 6, da reunião ordinária da Comissão. Indago ao Plenário se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, peço dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - A pedido do Deputado Paulão, está dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata.

Não havendo quem a queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.



Passemos aos requerimentos.

Nós temos dois requerimentos: o Requerimento nº 27, de 2015, da Sra. Deputada Benedita da Silva, que requer que sejam convidados a participar de audiência pública desta CPI especialistas e representantes de organizações da sociedade civil e movimentos populares ligados ao tema da Comissão.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu subscrevo o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O requerimento foi subscrito pelo Deputado Jean Wyllys.

Eu passo a palavra ao Deputado Jean Wyllys para fazer a defesa do requerimento.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - O requerimento é autoexplicativo quanto a seus propósitos. Então, eu não vou fazer maiores digressões sobre ele. Eu só peço a sua aprovação. É uma etapa importante da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir o requerimento, passo à votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento da Deputada Benedita da Silva, subscrito pelo Deputado Jean Wyllys.

Em apreciação o Requerimento nº 28, de 2015, do Deputado Jean Wyllys, que requer realização de audiência pública com a presença do Profa. Dra. Lilia Katri Moritz Schwarcz para debater questões relacionadas à formação social racial da sociedade brasileira.

Com a palavra o Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sr. Presidente, numa das sessões de audiência pública desta CPI nós tivemos contato com o mapa da violência, o qual apontava claramente que as vítimas preferenciais do abuso da força por parte das Polícias Militares e Civas eram jovens negros. E houve Deputados que questionaram essa questão racial, questionaram se essas pessoas eram negras e quais eram os critérios para definir que essas pessoas eram negras.

Diante disso, de um debate que nós acreditávamos já superado, diante desse questionamento sobre quem é negro e quem não é negro, quais são os critérios



utilizados pelo IBGE e pelo IPEA para definir a população negra, eu decidi convidar a antropóloga Lilia Moritz Schwarcz, que tem um trabalho exemplar sobre a questão da miscigenação no Brasil e os critérios de definição sobre negritude.

Então, acho importante que convidemos a Profa. Lilia Moritz Schwarcz, autora, entre outros, dos livros *O Espetáculo das Raças* e *Nem Preto Nem Branco, Muito Pelo Contrário*. Acho importante ouvirmos a antropóloga sobre essas questões de miscigenação e critérios de definição de quem é negro e de quem não é negro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra, para discutir o requerimento, a Deputada Margarida Salomão e, depois, o Deputado Paulão.

A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO - Na mesma linha do Deputado Jean Wyllys, saudando o nosso Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, eu queria acrescentar o nome de um dos maiores especialistas mundiais hoje nesse campo, o geneticista Sérgio Pena, professor da UFMG. A maior autoridade hoje no mundo é um geneticista italiano que foi professor em Stanford, autor de um livro já traduzido para o português — *Genes, Povos e Línguas* —, um livro absolutamente decisivo para que nós superemos esse tipo de debate de que entidade é essa, a raça.

Então, eu sugiro que o Prof. Sérgio Pena, da UFMG, também seja convidado para participar desse debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Nessa mesma linha da colega Deputada Margarida Salomão, se não houver óbice por parte do autor, Deputado Jean Wyllys, eu gostaria de convidar o Prof. Kabengele Munanga, da Universidade de São Paulo, e o Prof. Dr. Valter Roberto Silvério, da Universidade Federal de Santa Catarina. Acredito que eles podem oferecer contribuições fundamentais para essa temática.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu acato ambas as sugestões. Podemos fazer uma audiência pública só para discutir as questões conceituais em



torno de raça, etnia, miscigenação e as categorias utilizadas pelos institutos de pesquisa para definir a população negra brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Em votação ao Requerimento nº 28, de 2015, do Deputado Jean Wyllys, com as sugestões da Deputada Profa. Margarida Salomão e do Deputado Paulão.

Os Deputados que concordam com sua aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Vamos passar ao debate. São vários os oradores inscritos. O primeiro é o Deputado Delegado Éder Mauro, que está com a palavra.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores convidados, o coração da matéria que estamos discutindo, o objetivo principal da CPI são as mortes de jovens no País. Nós, durante as sessões anteriores, criamos alguns questionamentos entre os colegas Deputados sobre a questão da cor. Eu, insistentemente, estou preocupado com os nossos jovens. E diria que a nossa juventude, independentemente da cor, está morrendo — a do passado e a atual; certamente, o mesmo ocorrerá com as que virão.

Eu começaria dizendo o seguinte, Marcelo: nós somos, na minha família, cinco irmãos, sendo que quatro têm a minha cor e um tem a cor mais escura como você. Eu sou negro, considerando que tenho um irmão mais escuro e sou da cor parda. Então, eu sou negro.

Eu trouxe, na reunião passada, 12 recortes de jornais da Grande Belém, do fim de semana que antecedeu aquela reunião. Foram 12 mortes de jovens. Dessas 12 mortes de jovens, 9 eram de jovens envolvidos com o crime e com a droga. Os outros casos eram questões de trânsito e de crime passional. Mas todos os 12 jovens eram da cor parda — que é a cor negra, que aqui nós estamos considerando como cor negra.

Inclusive, louvo o fato de nós termos que fazer uma reunião só para que se defina a cor do crime. Eu não criei nenhum problema para que esse requerimento fosse aprovado, porque sei que se vai chegar à mesma coisa de que estou falando aqui: que o negro que estamos considerando é a somatória do pardo com o negro.



Mas não é isso que me preocupa. O que me preocupa são as mortes dos jovens neste País. Pelo menos os dois últimos palestrantes, estudiosos que vieram aqui trazer pesquisas de décadas, como a que foi feita de 2002 a 2012, mostraram que os nossos jovens estão morrendo e que, de 2012 para frente, a eclosão de mortes foi enorme.

Sr. Presidente, eu fiquei muito feliz porque, das três alternativas e causas que eu trago e sobre as quais tento convencer esta Comissão, todos os dois especialistas, em seus estudos de anos, confirmaram duas: uma é que os nossos jovens — os de ontem, os de hoje e os que virão — morrem pelo envolvimento com o crime, pelo envolvimento com a droga, pelo envolvimento com o crime organizado; a outra é a falta de políticas públicas da União e dos Estados, que não dão oportunidades aos jovens, com programas de esportes e com programas de educação neste País.

Nós temos a certeza de que o Estado e a União precisam trabalhar os nossos jovens com educação, investir seriamente na educação. Eu sei que, se qualquer um de nós for a qualquer escola pública das periferias das cidades brasileiras, vai ver a precariedade do ensino público neste País.

Então, nós precisamos de investimento e de esporte para esses jovens. Na época em que eu era garoto, Marcelo, nós tínhamos uma disciplina obrigatória, a Educação Física, que era muito pouco dentro de uma escola. Nós gostaríamos que o Brasil pudesse investir e aplicar no esporte como fazem os países europeus e a União Soviética, que investem pesado no esporte para a juventude.

A consequência disso é que, em todas as Olimpíadas, são os americanos e europeus que ocupam os primeiros lugares no pódio. Quando a criança brasileira desponta num esporte é porque ela correu com as suas próprias pernas. Não houve investimento nenhum do Estado em cima dela.

Então, eu fico feliz com o fato de os estudiosos já terem compartilhado comigo essas duas causas. Para mim, isso já é suficiente. Eu não quero mais discutir cor aqui. Se V.Exas. querem que seja pura e simplesmente o negro, que o seja. Eu sou negro, gente! Eu sou pardo, eu sou negro! Mas quem está morrendo são os jovens deste País.



A terceira causa ainda não foi mencionada aqui nesta Comissão. Mas eu não vou desistir dela, porque não quero que ela saia só da minha boca, mas venha de um palestrante que esteja aí e diga: trata-se da desagregação da família.

Hoje há modelos de família diferentes. Quando alguns questionam aqui a questão da redução da maioridade penal, quando questionam a questão dos autos de resistência, lembro que, nas famílias das décadas de 50 ou 40, os pais participavam dos programas com os filhos, os pais davam aos filhos uma liberdade protegida e vigiada, havia limite para os filhos. O limite de saída dos filhos era a rua da casa deles. Naquela época, as festinhas dos filhos de 16 ou 17 anos eram na esquina da sua rua ou na casa do colega. Os filhos tomavam a benção do pai e da mãe quando saíam e entravam em casa. Todo domingo, os filhos iam para a igreja com seus pais, antes de qualquer programa.

Isso não se vê mais hoje. Hoje os garotos de 16 anos, de 17 anos e até de idades menores, de 12 ou 13 anos, têm o mundo globalizado à sua frente, têm a Internet, em que eles aprendem tudo de bom e de ruim. Eles têm os programas televisivos, que ensinam tudo de bom e tudo de ruim, programas que destroem a família, programas que levam esses garotos a ir para a rua, se envolver com a droga e com tudo o que não presta e vir a serem números nas mortes que estão ocorrendo.

Então, eu fico satisfeito porque, embora eu pouco pareça ser pouco dentro desta Comissão, os palestrantes que estão chegando aqui já confirmaram duas das minhas teorias e causas. Eu não tenho o estudo, eu tenho a vivência da rua, de 30 anos, trabalhando como policial.

Eu não estou aqui criando bandeira — me dê só mais um tempinho, Sr. Presidente — em favor de polícia, nem disso ou daquilo. Eu estou preocupado com os nossos jovens porque, no meu Estado, como policial, eu me cansei de fazer palestras sobre as drogas, nas escolas, comunidades, igrejas e universidades, tentando salvar a nossa juventude dessa imundície.

Inclusive, muitos políticos encabeçam passeatas sobre a liberação de drogas, querendo destruir mais a família, querendo destruir cada um de nossos filhos nas ruas. E isso eu não posso aceitar. Tenha a certeza, Sr. Presidente, de que,



enquanto a população do Estado do Pará me colocar aqui neste cargo — eu que nunca político fui —, eu vou defender a família.

Apenas para fazer algumas considerações, eu concordo, Marcelo, que nós temos polícias que não estão preparadas, que nós temos polícias que não têm investimento e que precisam, sim, de investimento. Eu gostaria que as nossas polícias não tivessem que usar a força. E não estou aqui querendo defender péssimos policiais, porque péssimos profissionais não existem só na polícia, existem na política, no Judiciário, no Ministério Público, em todas as instituições.

Infelizmente, a polícia é a vitrine, a polícia é a que está na ponta. E o policial é aquele que tem 1 ou 2 segundos para decidir o que deve ou não fazer. E isso os outros profissionais não têm. Estar sentado atrás de uma mesa, definindo e decidindo sobre as pessoas, é muito fácil. Eu queria que cada um deles estivesse na rua e tivesse 2 segundos para decidir se faz ou não faz.

Meu irmão, alguns aqui mencionaram as mortes provocadas por policiais. Salvo engano, um palestrante anterior — cujo nome não recordo e não tenho aqui anotado — disse que a polícia, em 5 anos, matou 5 mil pessoas. E num dos meus questionamentos, eu disse: *“Meu amigo, em 2014, morreram 500 policiais. Se formos tirar a média, são 2.500 policiais em 5 anos — 2.500. E ninguém questionou absolutamente nada sobre esses policiais que morreram”*. Se nós formos comparar a quantidade de bandidos neste Brasil à quantidade de policiais, eu tenho certeza de que morreram muito mais policiais, que são cidadãos de bem que estão na rua, defendendo a nossa família. É aquele ditado: *“A polícia perto incomoda, e longe faz falta”*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Delegado Éder Mauro.

O próximo orador seria o Deputado Delegado Edson Moreira, mas S.Exa. não está presente. Passo a palavra ao Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, queria parabenizar pela apresentação que foi feita, que parece que traz dados importantes.



Eu tenho um questionamento a fazer ao Marcelo sobre a questão da redução da violência em São Paulo, pois ele levantou diversos elementos sobre isso.

Marcelo, como eu participei de alguns debates em que havia questionamentos sobre o problema da maquiagem dos números, eu gostaria de saber quais são os elementos que você tem a respeito disso.

De acordo com uma denúncia feita num dos debates de que participei, diminuíram os homicídios e aumentaram as causas não reveladas de mortes. Então, eu gostaria que você falasse sobre essa redução da violência e o trabalho de pesquisa que fizeram, dentre as diversas ações que levantou. Foi o número de presos? Foi o aumento de recursos? Qual é o elemento relevante que tanto você quanto o Renato, como pesquisadores, podem identificar?

No mapa da violência das duas cidades, São Paulo e Rio de Janeiro, há uma redução no número de homicídios, apesar de, em termos absolutos, esse número ter crescido novamente no último ano. Então, qual a razão que vocês poderiam destacar, dentre tantas que foram levantadas, já que o problema é complexo e as razões também, para a redução da violência nessas duas cidades?

Eu volto a insistir que achei importantes as duas colocações, porque o debate está sendo levado para uma visão muito dualista e simplista. Não se está discutindo aqui o policial, a polícia. Acho que foi bem colocada inclusive a falta de condições com que o policial vai à rua, a falta de preparação e de retaguarda desse policial tem, a falta de preparo do Estado.

Trata-se do conceito do Estado brasileiro a respeito do combate à violência. Essa que é a questão fundamental, que está representada no aparato policial, que está representada no Judiciário. Olhem como o Judiciário brasileiro é primoroso principalmente no combate àquilo que dá mídia, que dá visibilidade ao Judiciário. Existe uma visão espetacularista no Judiciário brasileiro. Mas a questão que trata da vida, as investigações, o inquérito que entra na polícia tem mau tratamento lá no Judiciário. O patrimônio é valorizado neste País, mas a vida não é valorizada neste País.

Portanto, esse conceito que está se discutindo é um conceito mais amplo, de como o Estado brasileiro trata o cidadão brasileiro. E aqui é fundamental esse debate porque é claro que há um corte de classe. Mas o corte de classe no Brasil é



um corte de classe racial, então, não é menos importante essa discussão sobre o problema racial no Brasil. Minimizar isso é não enfrentar o problema. Quando se vai identificando pobre e negro, aí são fatos e não há mais a discussão sobre a possibilidade, não importa se é branco ou preto.

Eu achei interessante a colocação do Dr. Renato, que disse assim:

“Você tem que ter um tratamento territorial sobre o problema. O problema acontece em determinado lugar, com determinadas características e com uma tendência agora. Se antes você estava concentrado nas metrópoles, agora a violência se generalizou e internalizou nos Estados, buscando mais as cidades do interior, onde a estrutura e o aparato de segurança e do Judiciário são bem menos eficientes. Portanto, isso torna ainda mais frágil essa população.”

Então, eu gostaria de pegar essas duas questões.

Sr. Presidente, eu acho muito importante esse evento que vai ocorrer, esse debate sobre a questão do corte de classe e corte racial. É fundamental para nós enfrentarmos esse corte racial do ponto de vista de quem faz a segurança e da sociedade brasileira.

Eu estava chamando a atenção para o fato de que, na minha cidade, Itabuna, que é uma cidade extremamente violenta do interior da Bahia, vários jovens negros e pobres são exterminados. Quando houve o assassinato de um jovem branco de classe média, a cidade ficou consternada. É verdade que nós não podemos perder a capacidade de nos indignar perante qualquer homicídio, mas os homicídios dos negros e pobres do Brasil estão caindo na vala comum: *“Ah! Aquele já estava envolvido!”*

Se nós não enfrentarmos esse conceito, nós não vamos resolver o problema da violência contra os jovens brasileiros, que está se transformando num problema econômico e social gravíssimo, já que está havendo o estreitamento da pirâmide populacional brasileira — e população jovem e economicamente ativa é fundamental para o desenvolvimento econômico e social de um país.



Então, nós estamos correndo um risco porque, apesar de o percentual de jovens ter diminuído no total da população brasileira, a violência contra jovens aumentou em termos de números absolutos — e também percentualmente em relação aos não jovens.

Portanto, eu considero muito importantes essas duas colocações que foram feitas e deixo esses questionamentos, para nós tratarmos com o Dr. Renato e com o Marcelo a respeito da questão da violência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Davidson Magalhães.

A próxima oradora é a minha conterrânea, Deputada Margarida Salomão.

A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO - Sr. Presidente, tendo em vista as falas que tive oportunidade de presenciar nesta Comissão, eu queria fazer uma pequena contribuição apenas sobre o fundamento racista desse tipo de violência.

É óbvio que nós, uma Comissão do Congresso brasileiro, da Câmara dos Deputados, estamos focando a situação no Brasil. Mas a nossa situação é absolutamente análoga à que está acontecendo nos Estados Unidos e é manchete dos principais jornais americanos todos os dias: mortes de negros por policiais.

Esse tipo de situação é inclusive tema da Comissão de Direitos Humanos, da ONU. Eu tive a oportunidade de participar de um debate em dezembro do ano passado, no qual foi discutida a política desenvolvida pela Secretaria-Geral da ONU relacionada à responsabilidade de proteção, tendo como foco a morte de negros, particularmente de jovens negros pela polícia americana.

Isso é alvo de política de Estado e é alguma coisa que preocupa profundamente os Estados Unidos, pelo mesmo fundamento e até pela convergência da formação histórica entre o Brasil e aquele país. E eu acho que esse é um fenômeno que não pode ser diminuído na nossa análise e no nosso encaminhamento de soluções.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Margarida Salomão.



Passo a palavra ao próximo orador, o Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, mais uma vez quero parabenizar V.Exa.

A exemplo do Deputado Jean Wyllys e da companheira Deputada Margarida Salomão, eu também queria justificar a minha ausência, porque estava no exercício de outra Comissão, a CCTCI, cujos horários coincidiram. E como diz o Deputado Jean Wyllys, o debate é um processo. Era um requerimento somente, de várias Comissões, o que já fazia parte da cultura nesta Casa Infelizmente, por influência até externa do Parlamento brasileiro, houve boicote e alguns outros Parlamentares foram contrários à tramitação.

Isso é grave, porque a essência desta Casa é o bom debate e o contraditório no campo das ideias, mesmo que nós tenhamos posição diferenciada. Negar o debate é perigoso, porque ele fica nebuloso. Nós já sabemos o que ocorreu na história quando se começou a cercear o debate, a intolerância que ocorreu a respeito de um segmento que representa a sociedade brasileira.

Portanto, eu queria pedir desculpas por ter chegado atrasado e não ter tido a oportunidade de ouvir o Marcelo e o Renato, os quais, tenho certeza, trouxeram contribuições importantes.

Eu queria, mais uma vez, fazer um bom debate com o nosso colega Deputado Delegado Éder Mauro, que levanta a questão da violência quando faz um foco *stricto sensu* no jovem, o que é real, e indaga por que essa pauta tem que ser focada na questão dos negros e pobres.

Deputado Éder Mauro, na minha avaliação, há primeiro a importância do debate e da sua inclusão na agenda política, onde, até então, não existia. Havia uma invisibilidade do processo. Eu gosto sempre de citar o caso de Maceió, Capital que tem uma beleza ímpar, principalmente da natureza, somente sol e mar. Aquela língua que vai da praia central, a Praia da Avenida, até Jacarecica é considerada como tendo a segunda melhor qualidade de vida do Brasil. Ela só perde para Curitiba e, inclusive, ganha de Brasília. No entanto, avançando um pouco mais na parte lagunar, que tradicionalmente foi dos pescadores e das marisqueiras, e indo para a parte periférica mais alta, Maceió é a Capital mais violenta do Brasil e uma



das mais violentas do mundo! E com uma população, Deputada Margarida Salomão, de 1 milhão de habitantes, ela poderia ter governabilidade.

A leitura que o Deputado Delegado Éder Mauro faz é verdadeira: essa violência está mais forte recentemente. Existe um foco que está ligado à faixa etária de 14 a 29 anos; ao período semanal de sexta-feira a segunda-feira; à periferia; ao corte masculino; ao jovem negro. E a questão principal é o *crack*, que é uma droga externa que tem como fator principal a cocaína, uma droga produzida fora do Brasil. Todos sabem onde é o ponto de drogas; só quem não sabe é a polícia. Todos sabem onde se dá o processo; só polícia não sabe.

Então, é necessário termos um foco. E como foi dito aqui pelo companheiro que me antecedeu, eu acho que não é o caso de fazermos um processo focado, como se fossem os jovens contra a polícia ou uma bancada nessa linha. Mas temos que começar a aprofundar nisso. É claro que há um problema de causa e efeito. Será necessário um debate, um seminário de vários dias.

E o Deputado até cita, com muito orgulho, a questão do esporte, a importância do investimento no esporte, no qual os Estados Unidos são campeões. Eu faço uma ressalva: há vários negões do Quênia que são campeões quando vêm para cá, além de Cuba, que também é campeã. Mas isso muitas vezes é deletado propositalmente por uma parte da elite internacional e nacional. Cuba é uma referência. E por que ela é uma referência? Porque tem investimentos em educação e saúde, proteção aos jovens, etc. e tal. Mas isso é outra coisa. É claro que nós não vamos debater isso aqui.

S.Exa. ainda falou sobre o modelo de família e a influência externa. Nós temos que discutir a influência dos meios de comunicação. Aí eu pergunto: e a influência dos meios de comunicação nesta Casa? Muitos renegam a questão racial, mas, na hora em que a Rede Globo vem aqui e queremos discutir, dizem: “*Não à censura!*”

Nós queremos a democratização dos meios de comunicação. Qual seria o modelo? Não é preciso ter modelo de fora não. Há um exemplo aqui pertinho, da Inglaterra, que representa a visão liberal clássica. Mas ninguém quer discutir esse modelo.



Aí, nesse processo capitalista, não é fácil um jovem ter pertencimento numa sociedade individual, consumista e hedonista.

Ao finalizar, eu queria propor uma reflexão aos dois convidados que não pude ouvir, já que a violência está voltada ao *crack*. Mas a polícia, que tem tanta competência para pegar aquele consumidor — isto é importante e eu repito em toda reunião —, essa mesma polícia não tem competência para pegar os 500 quilos de cocaína do Senador Zeze Perrella, lá de Minas Gerais — 500 quilos! Esta Casa está calada. O Congresso está calado. Ninguém quer discutir este assunto: os 500 quilos de cocaína do helicóptero do Senador Zeze Perrella, de Minas Gerais. Então, nós temos que aprofundar a discussão sobre essa rede.

Entro na linha das perguntas, já finalizando A Constituição Cidadã, de 1988, no seu art. 144, define:

“Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos (...)”

Ora, o paradigma naquele momento de 1988 era este: numa visão *stricto sensu*, fica muito focado no Estado mesmo, sendo os Municípios com pouca ação e o Governo Federal também. Já que nós estamos em 2015, eu queria saber dos senhores: falta sinergia? Existe o GGI — Grupo de Gestão Integrada. Agora, ele funciona na prática? No Estado, eu não vejo vasos comunicantes entre as Polícias Civil e Militar. O que existe é uma prepotência de querer mostrar serviço, mas com pouca resolutividade. De 100 inquéritos que há em Alagoas, 98 vão para o lixo porque não têm autoria — e muitas vezes, isso é proposital. Então, como é essa sinergia? Será que o modelo das Forças Armadas não tem que ser repensado? Qual é o papel delas?

Existem as Polícias Rodoviária, Ferroviária, Federal, todo esse processo. Por que existe, nesta Casa, um projeto de autoria do Senador Lindbergh Farias, que cria a Polícia única. A sociedade não está preocupada se é Polícia Civil, Polícia Militar ou Forças Armadas. Ela quer é solução, ela quer é segurança — agora, uma segurança cidadã.

E nós não percebemos que os setores da segurança não querem fazer esse debate porque, muitas vezes, têm uma visão corporativa. Cito principalmente a estrutura da Polícia Militar, que tem 13 hierarquias, o que, para mim, é uma



anomalia: o soldado, mesmo tendo curso superior, nunca será oficial. A Polícia Federal, idem: mesmo o agente policial tendo nível superior, ele nunca será delegado. Por isso, eles estão se digladiando.

O modelo hoje mais moderno, por incrível que pareça, é a Polícia Rodoviária Federal, onde a pessoa entra como agente e pode chegar a inspetor — o que, por analogia, seria delegado na Polícia Federal ou oficial na Polícia Militar.

Então, existe também um modelo de segurança que não contribui para fazermos o enfrentamento da violência, Deputada Margarida Salomão. Isso ocorre, muitas vezes, de forma proposital.

Eu falava na reunião anterior — é outro problema para o debate — sobre as armas de fabricação nacional, Renato e Nery. Todo mundo da área policial diz: *“Não, o problema são as fronteiras, que estão desguarnecidas”*. Em Alagoas, 82% dos casos de violência envolvem armas de fabricação nacional e armas custodiadas pela Justiça. A Justiça apreende as armas, mas o marginal, articulado com o agente de segurança, tira a arma, mata e dificulta até a perícia. Então, é uma falácia dizerem que a arma é de fora, isso é conversa mole. O que existe é que as indústrias de armas — e existe a bancada da bala aqui nesta Casa — têm inclusive guia de exportação. Mas, na prática, não há guia e as armas voltam. Então, eu queria que os senhores pudessem trabalhar essa questão das armas custodiadas.

Eu também queria saber também qual é a visão dos senhores sobre o auto de resistência e a importância que ele tem. Nesta Casa, foi votado que a lesão corporal grave, para o agente público, é crime hediondo. Agora, em relação ao auto de resistência, que vítima principalmente esses jovens que estão focados aqui nesta CPI, qual é a opinião dos senhores?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Srs. Deputados, como nós estamos em processo de votação nominal, vamos fazer o seguinte: o Deputado Davidson Magalhães vai votar e retorna para presidir os trabalhos, para que eu possa ir lá e votar.

Vou passar a palavra para o Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sr. Presidente, eu vou falar antes da votação. *(Risos.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Se V.Exa. quiser, eu posso suspender a reunião por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Não, não. Eu vou falar muito rapidamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Só um minutinho, Deputado Jean Wyllys. Os Deputados que quiserem podem ir votar. Logo depois retomamos os trabalhos aqui.

Com a palavra o Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Obrigado, Sr. Presidente.

Nós realizamos ontem, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, uma audiência pública sobre este tema: o morticínio de jovens negros no DF, na periferia do Distrito Federal. E um professor da UnB que realiza pesquisa nessa área trouxe uma questão interessante, em que falava acerca da indiferença.

Esse é um problema de segurança pública; é um problema de gestão, digamos assim, da segurança pública; é um problema que vai envolver a aprovação de leis nesta Casa, que são fundamentais; é um problema que vai envolver políticas públicas articuladas pelos três entes da Federação.

É importante que nós compreendamos que essas mortes não vão diminuir se não tivermos esse acordo articulado. Mas, antes de tudo, elas envolvem uma dimensão do imaginário das pessoas acerca do lugar do negro na vida delas e na vida em geral.

O Deputado falou sobre aquilo que importa às pessoas. Há sempre uma comoção nas cidades, quando uma pessoa branca, uma criança branca é morta. Mas quando uma criança negra aparece morta num terreno baldio qualquer, isso não causa comoção. As pessoas são indiferentes a essa morte, como as pessoas são indiferentes ao ver uma criança de 10 anos ou de menor idade vendendo coisas nas ruas. Elas acham isso absolutamente natural, como se fosse incorporado à paisagem. Se a criança for branca, isso causa um estranhamento às pessoas, que vão perguntar: *“Quem é o seu pai? Por que você está aqui na rua sozinha?”* Mas, se for uma criança negra, trata-se da ordem natural, como se o destino dela fosse esse e o destino dos negros fosse morrer. Então, são mortes que não nos sensibilizam.



Isso tem a ver com o imaginário. E esse imaginário é construído, claro, por uma série de instituições e de aparatos conceituais que vão colocando o negro no lugar. Essa é a verdade. Então, o enfrentamento dessa situação envolve essa disputa do imaginário — eu disse isto ontem e volto a dizer hoje. E essa disputa do imaginário tem a ver com a democratização dos meios de comunicação, com o debate acerca da comunicação, do direito à comunicação, do direito à informação.

É inadmissível que emissoras de televisão continuem fazendo associação entre criminalidade, pobreza e negritude através do seu noticiário. As pessoas que assistem aos programas de televisão são bombardeadas por essas mensagens que configuram e reconfiguram o seu imaginário acerca da violência urbana. Então, elas identificam a violência urbana como vinda de zonas pobres — periferias, favelas, morros, invasões — e elas identificam a violência urbana como sendo gerada por pessoas pobres e pessoas negras. Essa é a violência representada nesses programas como a violência que deve ser alvo da polícia.

Portanto, o próprio abuso do uso legal da força por parte das Polícias Civil e Militar é justificado pelo perigo dessas classes, na categoria dos suspeitos e na categoria dos perigosos.

A CPI vai ter que dialogar com essa questão da democratização dos meios de comunicação e vai ter que dialogar, queira ela ou não, com a questão da guerra às drogas como política de Estado, para tratar da drogadição. Quer dizer, nós vamos ter que encarar os custos da guerra às drogas, custos para os cofres públicos e custos sociais. Quantas pessoas estão sendo encarceradas, quais pessoas estão sendo encarceradas, quantas pessoas estão morrendo, quais pessoas estão morrendo em nome da guerra às drogas?

O exemplo que o Deputado Paulão traz é um exemplo significativo da seletividade dessa guerra às drogas: ela não se abate da mesma forma sobre o território, ela não se dirige às mesmas pessoas da mesma maneira. Então, nós vamos ter que fazer esse diálogo.

Nós vamos ter que dialogar também com o resultado da Comissão Parlamentar Verdade, Memória e Justiça, quer dizer, “comissão da quase verdade, quase memória e quase justiça”. E nós vamos ter que dialogar com o relatório da Comissão, porque a prática de tortura e a identificação de um inimigo, a partir da



qual a Polícia Militar e a Polícia Civil agem, têm a ver com a herança da ditadura militar, têm a ver com uma herança que não foi enfrentada. E as Polícias continuam lançando mão desta herança: a identificação de um inimigo e o extermínio desse inimigo.

Então, esta CPI — é uma pena que a nossa Relatora não esteja aqui — vai ter que dialogar com o relatório da Comissão da Verdade, vai ter que dialogar com a questão da guerra às drogas, vai ter que questionar os custos da guerra às drogas, o que é fundamental, e vai ter que pensar em quais são as soluções, quais as alternativas a essa guerra às drogas.

O Uruguai é um exemplo da legalização e regulamentação da maconha como um meio de reduzir o número de homicídios. E ele conseguiu reduzir esse número.

Era isso o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Jean Wyllys.

É evidente que, quando da organização das nossas audiências, para cada tema levantado aqui, nós vamos pautar audiências específicas. Eu acho que a questão da mídia é uma linha, bem como essa questão da guerra às drogas.

E eu cito um dado importante: de fato, há novos desaparecidos no Brasil — e nós estamos tratando aqui do período democrático. Acho que este também é um desafio: conseguir o monitoramento e o levantamento de todos esses dados, que são fundamentais para que possamos avançar nesse sentido.

Com a palavra o Deputado Bacelar.

O SR. DEPUTADO BACELAR - Sr. Presidente, Profs. Marcelo e Renato, primeiro, eu queria pedir desculpas, pois acho que os convidados, acostumados que estão ao ambiente acadêmico, devem estar estranhando essa bagunça — desculpem-me o termo — do Plenário, pois nós chegamos, fazemos a pergunta e já temos que nos retirar, pois ficam nos chamando para votar.

Professor, em algum de seus artigos que eu li, o senhor diz que, com o passar do tempo e como pesquisador, constata que o debate sobre homicídios é muito pouco qualificado. Segundo o senhor, o debate sobre homicídios é na base do “ouvir dizer”, do senso comum, da experiência policial ou da experiência que alguém



teve como assistente social. Enfim, é baseado na percepção. Eu irei por essa linha infelizmente, sem poder ainda qualificar esse debate.

Sobre a questão do auto de resistência, na minha cidade, há 2 meses, 12 jovens negros foram metralhados pela polícia, foram exterminados, com idade variando de 17 a 25 anos de idade, e a alegação é que eles resistiram. Não tinha nenhum policial. Uma operação em que se matam 12 jovens, um policial não tomou um tiro, não se apreendeu armas com esses jovens, e, infelizmente, a sociedade aplaudiu a ação.

O que eu quero saber — e o meu antecessor já havia feito essa pergunta — é também é por que eu não conheço, Prof. Marcelo, um caso de auto de resistência com brancos. Ou nós, ou os negros são os mais fortes, mais destemidos, ou o que é que ocorre? Um jovem branco, eu não conheço, na cidade de Salvador, que tenha sido vitimado por ter resistido à abordagem da Polícia. Ou eles são educados demais ou são covardes. Mas fica essa indagação, o porquê. Ou é a carteirada que é mais forte do que o auto de resistência?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O Deputado Bacelar já votou?

O SR. DEPUTADO BACELAR - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Não. Então, vou passar para... Há vários outros inscritos, mas foram ao plenário. Então, nós vamos passar aqui para a fala dos nossos convidados. Então, vou passar primeiro para o Sr. Marcelo e depois passo para o Sr. Renato.

O SR. DEPUTADO BACELAR - Sr. Presidente, as intervenções são gravadas e depois serão transcritas. Então, de qualquer maneira, Dr. Renato e Dr. Marcelo, V.Sas. me desculpem, mas nós vamos ter acesso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - E também, de fato, nós vamos disponibilizar no *site* e nos portais todos aqui.

O SR. MARCELO BATISTA NERY - Várias perguntas. Eu poderia tomar algumas posturas para respondê-las. Nós acadêmicos achamos fundamental que as pessoas saibam quem está falando e de onde está falando. Então, eu vou me apresentar diferentemente do que eu fui apresentado inicialmente: eu sou negro



pobre de periferia, que teve sorte, capacidade de fazer universidade e me tornar um pesquisador com certa relevância.

Pois bem. Eu poderia falar dos problemas nessa perspectiva. Eu tenho 40 anos. Eu vivi na periferia de São Paulo, Campo Limpo, na década de 80. A década de 80 foi o início do processo que levou 6 mil pessoas mortas no ano 2000.

Eu poderia falar da minha percepção sobre isso. Mas daí vem o acadêmico. Como acadêmico, o que tenho que fazer? Eu tenho que pegar uma percepção e tentar provar que ela, de todas as maneiras possíveis, que aquilo não é verdade. Mas eu não consigo falar que aquilo não é verdade. Todos os dados mostram e comprovam que aquilo é a realidade. Então, agora, eu falo como acadêmico.

Quando se fala que a violência não tem, na verdade, um viés racial — e eu sou um sociólogo que trabalha com estatística —, estatisticamente, negros morrem mais do que brancos. Então, se quiserem discutir, discutam com as estatísticas.

Se puderem, falem assim: “*Vamos questionar as estatísticas*”. Já trazendo alguns elementos para a próxima sessão, que vai tratar da questão racial: primeiro, uma pesquisa muito interessante feita pelo IBGE mostra que quanto maior a renda e maior a educação do indivíduo, mais ele se reconhece como negro, sendo negro, menor a distorção da observação da pessoa negra como autodeclarado.

Então, vocês percebem que, falando como sociólogo, a questão de ser negro ou não está relacionada não só a uma questão biológica, mas a um reconhecimento social. Eu falei: eu sou um negro pobre de periferia. Mas na verdade o meu pai é branco, é um moreno de cor clara, e a minha mãe é negra, uma baiana de cor muito escura. E eu me reconheço tanto como filho de branco, o meu pai, como filho de negro, minha mãe. E a maior parte das pessoas com quem eu convivi... Eu perdi alguns colegas, durante a minha infância, por serem mortos, ou porque eles tiveram que sair do bairro, porque era um tanto quanto perigoso para eles.

Pois bem. Quando a gente pensa na importância da família, um outro elemento colocado aqui, a família é uma questão importante? É mais do que importante, é fundamental. Mas, quando as pessoas argumentam que houve um esfarelamento da família, e isso é responsável pela violência hoje, pensem no seguinte fato, novamente estatística: nos anos 2000, em São Paulo, por exemplo, o homicídio era muito maior do que hoje. Então, teoricamente, se há uma relação



entre esfacelamento da família e redução da violência, a família tem se tornado cada vez mais consolidada no decorrer do tempo, sendo que hoje, então, temos a família muito mais consolidada do que nos anos 2000. O que é uma família consolidada? É aquela nuclear: pai e mãe com filho.

Eu faço uma pesquisa com a Profa. Teresa Caldeira, também uma professora muito famosa nos estudos urbanos, antropóloga, pesquisadora de Berkeley, e ela mostra como foi a evolução da composição familiar no decorrer do tempo e mostra que, antigamente, era possível fazer de 5 a 10 categorias de família. Hoje você tem de 10 a 20 categorias de família. E não é possível estabelecer uma relação de causalidade entre composição familiar e nível de violência em certo lugar. Eu não tenho nenhum dado, e nenhuma pesquisa com que eu tenha tido contato foi capaz de comprovar essa relação.

Então, a família é importante? É fundamental, mas não aquela família nuclear. É o que essa família traz para os indivíduos, como ela integra e como ela mostra a importância desse indivíduo para a sua família e para a sociedade.

Falaram da falha de políticas públicas. Sinceramente, nem disso dá para falar direito no Brasil. Por quê? Porque a gente não faz a avaliação de política pública. Funcionou? Foi feita uma avaliação dela? Não sei o quanto ela funcionou. Isso é um grave problema. Têm que ser avaliadas as políticas públicas que são aplicadas e que estão em andamento.

Mortes de policiais. Eu, felizmente, diferente do que é comum para alguns pesquisadores que criticam a polícia, tenho uma boa relação com a Polícia de São Paulo. Já participei da Comissão da Letalidade. Já trabalhei no Instituto São Paulo contra a Violência, que é responsável pelo Disque-Denúncia. E o Disque-Denúncia é uma central de atendimento em São Paulo. Diferente de outros lugares, ele é organizado por uma ONG. Como funciona? Grupos de policiais civis e militares, lado a lado, captando denúncias que são registradas por central de atendimento.

É possível fazer a integração da Polícia Civil com a Militar? Eu vi isso acontecer. É possível. E funciona muito bem em alguns contextos. Isso é fundamental. Mas saibam que a gente vai ter que ultrapassar uma questão até cultural, porque, quando você fala com policial militar de policial civil e de policial civil com policial militar, vocês podem imaginar os tipos de declarações que eu já ouvi.



Entendam: mesmo internamente, eles são heterogêneos, porque o policial militar mais antigo fala muito mal do policial militar mais novo. Eles acham, por exemplo — isso já foi falado muitas vezes para mim —, que eles não seguem a hierarquia como os antigos seguiam, e isso torna a Polícia um tanto quanto mais frágil.

Com relação à redução da violência em São Paulo. Os dados são maquiados? Na minha opinião, e isso serve como sugestão a todos, não acreditem nunca numa única informação. Para eu pensar no quadro de violência em São Paulo, eu tenho dados da Secretaria de Segurança sim, mas eu tenho dados da saúde também, pesquisas de vitimização.

O NEV, por exemplo, o Núcleo de Estudos da Violência, no qual eu trabalho, faz uma pesquisa que questiona as pessoas, uma pesquisa de opinião. Se elas veem as pessoas serem agredidas com a mesma frequência que antes, se já viram pessoas sendo agredidas, pessoas levando tiro...

O conjunto dessas informações mostra que, primeiro, os dados da Secretaria de Segurança Pública são sempre inferiores aos dados da saúde. O número de homicídios dolosos, por exemplo, são sempre menores do que mortes por agressão. Então, são diferentes patamares. Mas o interessante é que esses patamares diferentes seguem sempre a mesma tendência, o que me leva a crer, pela análise dos dados, que, sim, houve a queda da mortalidade por violência em São Paulo, houve uma grande queda na verdade, mas sempre o patamar de mortes por agressão classificados pelas agências de saúde é sempre maior dos que os da Secretaria de Segurança Pública.

Então, os dados de homicídios caíram? Caíram. Provavelmente não no patamar que a Secretaria de Segurança Pública divulga? Provavelmente não. Mas que caiu, caiu, isso é fato. Os dados mostram, e não os dados da Secretaria de Segurança Pública, os dados da saúde e as pesquisas de vitimização.

Políticas integradas. Novamente eu acho fundamental. A questão das armas também é um elemento fundamental. Várias instituições trabalham com essa questão. Historicamente, quando vocês observam muitos lugares — e permitam que eu fale em São Paulo novamente —, até o final da década de 70, violência e homicídio não eram um problema em São Paulo. Não eram, porque eram incomuns. A partir do final da década de 70, explodiu o número de homicídios. Um dos



elementos, com certeza, que causou esse grande número de mortes foi a presença de armas na sociedade, a partir daquele momento, o que não era comum.

“Então, Marcelo, é isto: o que explica as mortes é o fácil acesso a armas”. Não, é longe disso, é um conjunto de elementos. O que me foi perguntado aqui é: *“Então, o que é o elemento?”* O que eu gostaria que ficasse ressaltado, pelo que eu já disse, depende do momento e do lugar que eu estou observando. Infelizmente, todo o mundo vai querer: *“Qual é a grande resposta? O que a Comissão pode encontrar como grande resposta?”* Depende. Tanto é que a mortalidade que atinge brancos e negros não necessariamente, nos mesmos lugares, tem os mesmos condicionantes.

Quando a gente fala assim: *“É a Comissão de violência contra negros e brancos”.* A violência é muito mais ampla do que o homicídio, e, com certeza, a violência que atinge negros não é a mesma violência que atinge brancos, não é no mesmo grau, não é na mesma intensidade, não é no mesmo momento, não é no mesmo contexto. *“Espera aí, Marcelo! Então você está fragmentando tanto que não dá...”* Não, dá para pensar sobre a questão, mas tem que se pensar sobre a questão de maneira qualificada. Pensar genericamente na questão resolve a questão genericamente. Ou seja, não resolve quase nada.

Foi falado pelo Deputado Jean Wyllys a relação entre pobreza e negritude e que a violência está na periferia. Novamente, eu gostaria de marcar uma posição oriunda do meu trabalho. A violência está presente na periferia? Por favor, não pense a periferia como uma coisa única. Não, a periferia é diversa. Existem diversas periferias, com características diferentes, com graus de violência diferentes. Há lugares na periferia que não são violentos e há lugares na periferia onde há um morto por semana. Eu vou fazer uma política pública para a periferia? Não faz sentido. É gasto de recurso, como Renato ressaltou aqui. A gente gasta muito. Gasta bem? Não! Gasta muito mal.

Por fim, os autos de resistência, a questão da violência policial. Um policial não é nada mais, nada menos do que uma pessoa que vive na sociedade, que tem preconceitos e preconceitos como qualquer um. Infelizmente, isso é ressaltado por uma questão institucional. Existe uma certa cultura de que o criminoso tem um certo perfil. Se o criminoso tem um certo perfil... Olha que isso é antigo. Antigamente se



imaginava que, pelo formato da cabeça das pessoas, a gente conseguia saber quem era criminoso ou não. Mas, se hoje existe uma cultura de que existe um perfil de criminoso, eu vou agir de maneira específica com essa pessoa que tem esse perfil. Então, se uma pessoa está na periferia, é negra, está usando calça folgada e um chapeuzinho, uma bombeta ou algum tipo de vestimenta comum a jovens, eles vão ter um certo comportamento, até preventivo, por uma questão cultural. Novamente eu volto: o que falta para a polícia também é investimento. Investimento não só do ponto de vista de remuneração e equipamento, mas na formação. Eles têm que perceber que existem vários elementos envolvidos na ação dele como profissional e como cidadão.

Eu tive a oportunidade de dar cursos para agentes de saúde e de segurança. Eu tive oportunidade de conversar com psicólogos que atendem policiais. E, acreditem, não é nada fácil. Antes de julgar um policial, pensem no contexto desse policial. Da mesma maneira que eu gostaria que, se um dia um policial ouvir essa gravação, pensasse no jovem com aquela característica, porque aquele jovem, com aquela característica, também tem um pressuposto sobre você, policial, que é ser violento quando está na periferia e quando vai fazer uma abordagem desse jovem.

Espero ter atendido a todas as questões.

Obrigado pela oportunidade novamente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado, Marcelo Nery, nosso pesquisador, pela bela contribuição.

Passo a palavra ao nosso convidado também, Renato Lima, para sua exposição.

O SR. RENATO SÉRGIO DE LIMA - Deputado Reginaldo Lopes, obrigado por me devolver a palavra. Acho que as observações foram interessantes.

Aqui, só uma pequena provocação: nós temos na CPI 34 Deputados, sendo que 3 da Bahia; 6 fizeram perguntas, sendo 2 da Bahia. Então, o problema aqui, a gente percebe... E ainda pensa na questão do negro. É uma das questões a questão racial. É um Estado onde a questão do negro há um reconhecimento em termos da identidade. Então, é uma observação para mostrar que, quando a gente tem uma questão de identidade por trás, a gente reconhece e debate. É só um pequeno olhar estatístico sobre como é que as coisas estavam acontecendo aqui.



Mas eu queria chamar a atenção na discussão é para... Enfim, discutindo a posição do Deputado Delegado Éder Mauro, há algumas questões para as quais eu gostaria de chamar a atenção. Uma delas é, se a gente olhar — aí é um incômodo pessoal e, ao mesmo tempo, um incômodo institucional do Fórum Brasileiro de Segurança Pública —, quando a gente pensa políticas sociais, a gente não pode ter a clivagem da questão da segurança por trás. Senão a gente pensa: esporte na periferia é prevenção da violência; esporte num bairro rico vira uso do tempo livre. A gente não pode pensar o esporte a partir da chave da violência. Não podemos pensar a cultura. Não podemos pensar: quadra de esporte na periferia é para conter a violência; quadra de esporte num bairro rico tem outra finalidade. O esporte tem a sua finalidade em si mesmo. Nós não podemos fugir desse debate.

Quando a gente vai discutir políticas de integração, políticas sociais e de prevenção, a gente não pode cair na tentação de dizer que o que justifica todas essas são a manutenção da ordem, e uma ordem que, segundo nosso ordenamento jurídico, não está definida em nenhum lugar. Essa é uma questão até para o próprio Congresso. O conceito de ordem pública não tem definição nem mesmo na Constituição, nem mesmo na jurisprudência, nem mesmo na doutrina. E quem opera o conceito de ordem pública são as polícias. Quem define o dia a dia do que é ordem e do que não é ordem é exatamente a polícia.

É ela quem autoriza, portanto, que na periferia a gente pense que fazer atividade e trabalhar sejam conceitos válidos, e que num bairro mais abastado, mais rico, o jovem tem que estudar. São questões de construções sociais e de imaginário — inclusive o Deputado Jean Wyllys levantou — que teremos de pensar, em relação à sociedade, qual é a democracia que a gente quer construir.

Sem dúvida nenhuma, ordem é um referencial para que a sociedade viva em termos de equilíbrio entre direitos e obrigações. Mas quem define isso?

Nossos legisladores passados, os Srs. Deputados, as Sras. Deputadas e os Senadores atuais estão discutindo estão fazendo uma opção institucional de delegar às policias a definição do que seria a manutenção da ordem, na prática, no dia a dia, na interação. Sabe o que acontece com isso? Quem define o que é legal ou ilegal, quem define a fronteira entre a ordem e a desordem não são nem mesmo as



instituições, são os policiais da ponta, a partir dos seus pressupostos, das suas ideologias e dos seus conceitos e preconceitos.

Uma das questões da literatura sobre polícia no mundo é que a coisa mais difícil do mundo é você controlar o policial da ponta, o profissional da ponta. Isso não é só para policial, isso se dá com o professor, isso se dá com o agente de saúde, com o médico. Na ponta a gente está fazendo, na verdade, a relação entre Estado e sociedade, e por isso é tão importante termos controle.

Ressalto novamente que o chamado auto de resistência não é uma questão isolada do problema das mortes de policiais. O que está em jogo aqui é o padrão de enfrentamento, que faz com que policiais morram e também jovens — em sua maioria, de 14 a 29 anos — e negros; estes por intermédio das forças policiais.

A discussão não é qual é mais legítimo. Independente da discussão de serem criminosos ou não, acho que temos um debate político-institucional-ideológico a ser vencido, que é o seguinte: talvez o Brasil precise mudar o foco e passar a combater o crime, não o criminoso, porque o criminoso é, gostemos ou não, um cidadão como outro qualquer e tem que ser punido. Ele não precisa ser combatido e eliminado. Nós podemos até visualizar a ideia de querer combater e eliminar o crime — isso em uma sociedade. Como se fosse utópico pensar que eliminaremos alguns crimes. Há vários crimes que, infelizmente, não serão eliminados. O que podemos fazer — e devemos investir nisso — é deixar de viver em um quadro endêmico de homicídios e ter uma sociedade mais segura, mais justa, mais digna. Acho que essa é a discussão.

Então, é sempre muito complicado. Estamos optando por fazer isso. Nós estamos optando por, ao ver o criminoso... E aí, como disseram o Marcelo e vários outros, esse criminoso tem idade, tem sexo, tem cor e raça. Então, a questão prática é como mudar essa cultura organizacional.

Eu citei, volto a insistir, que as polícias brasileiras conseguiram mudar a forma de trabalho quando o número de sequestros estava crescendo. Então, mudar padrão não é impossível.

Eu também tendo, infelizmente, a discordar do Deputado Jean Wyllys em uma única questão: quando S.Exa. fala sobre a herança da ditadura. Se olharmos



historicamente, veremos que os padrões das polícias brasileiras são muito anteriores à ditadura.

A ditadura militar, sem dúvida nenhuma, potencializou o lado de enfrentamento ao inimigo. Mas uma polícia que seleciona o seu alvo, uma polícia que... Como disseram vários colegas dos movimentos negros que aqui estão, essa questão tem origem na discussão sobre escravidão e uma série de questões. Nós não podemos achar que foi a ditadura. O que a ditadura fez foi criar, em 1967... E a Constituição nem tocou... Nossa Constituição de 1988 foi a primeira... O Deputado Paulão fez a pergunta. Ela não foi nem mesmo original em chamar a área de área de segurança pública, porque a Constituição de 1936 já a havia chamado. Mas a Constituição de 1937 cunhou um termo que, se vocês olharem para toda a normativa que organiza as polícias, verão que está presente até hoje. Talvez pudéssemos fazer milagres na legislação infraconstitucional, se o mudássemos. Ali consta “segurança interna”.

O decreto-lei que organiza as três estruturas de polícia militar não fala de segurança pública, fala de segurança interna; não fala de segurança nacional, fala de segurança interna. De novo, quem está definindo o que é segurança interna são os regulamentos e as normas das corporações policiais.

Então, temos condições de fazer mudança na legislação, não precisa de maioria. Talvez o art. 144 seja uma das mais duras batalhas que este Congresso pode enfrentar no médio prazo. Mas, antes dessa batalha, temos evidências já bastante profícuas de que existe uma falência do sistema. Talvez consigamos avançar e fazer cumprir o que a Constituição de 1988 pressupõe: pensar um modelo de segurança pública. Até hoje o que está vigendo no País é um modelo de segurança interna. Qual é a diferença? Parece uma simples troca de palavras? Não. Quando falamos de segurança interna, estamos falando de defesa dos interesses do Estado, estamos falando de interesses quase sempre ocupados pelos interesses de uma elite que historicamente tem cor, classe e objetivos muito específicos.

Então, o nosso grande trabalho — e aí nem é preciso haver mudança na Constituição — é dizer: vamos colocar em prática a Constituição de 1988?



Regulamentos disciplinares, formas de trabalho, jurisprudência dos tribunais superiores. Temos aqui toda uma agenda de trabalho que pode nos permitir revolucionar a área sem grandes movimentos.

Isso não quer dizer que uma fala como a da Juliana seja menos importante. A fala da Juliana é fundamental para manter acesa uma discussão sobre a indignação que... Se não me engano, foi o Deputado... Agora não lembro qual foi o Deputado.

Se nós pensarmos claramente, quando falamos da morte de milhares de jovens negros na periferia, isso não causa indignação e não dá manchete. Portanto, se não nos indignarmos, com certeza não avançaremos. Mas isso não é só retórica, porque só vou conseguir avançar nessa mudança infraconstitucional se eu conseguir vozes como a da Juliana, que explicitam e mostram que não está nada bom — pelo contrário, está tudo uma droga. E está tudo uma droga não porque sejamos incapazes e porque falta dinheiro, mas porque estamos fazendo opções. Se dermos transparência a essas opções, teremos condições de vencer essa batalha. É uma batalha civilizatória. É uma batalha que nos faz pensar. Então, nós temos, claramente, uma discussão intensa em relação a isso.

Falar de auto de resistência é falar da capacidade civilizatória de acreditar em um Estado que possa ser diferente da barbárie e do crime.

De novo cito uma discussão: nós não podemos pedir racionalidade para o criminoso. O criminoso está fora da lei. E é exatamente para isto que o Estado existe: para garantir que a lei seja cumprida e para garantir que esse criminoso seja punido. Numa sociedade como a brasileira, que não autoriza a pena de morte, essa punição não passa pelo extermínio, preferencialmente, de um segmento da população.

Nós temos que ter clareza de que estamos falando de um Estado Democrático de Direito que precisa ser garantido. Isso não quer dizer que o policial, o profissional da segurança pública não precisa ser valorizado. Muito ao contrário! Eu frisei isso. O policial, quase sempre, também é negro; quase sempre, também é jovem e está na interação do dia a dia. Precisamos dizer: *“Não, ele não é herói. Ele é um cidadão que está agindo em nome do Estado, é um cidadão que está usando arma e que precisa proteger e ser protegido”*.



Cito um exemplo, com um dado que não dei. Há 15 dias publicamos uma pesquisa que ouviu 13 mil policiais brasileiros. E 39,4%, quase 40%, dos policiais ouvidos — e a mesma proporção de mulheres — declaram-se vítimas, dentro das instituições, de assédio moral ou sexual.

Como uma instituição que exige que se cumpra a lei não garante nem mesmo os direitos dos policiais? Se olharmos, veremos que 40% de assediados é a média das demais organizações. Só que, desses 40%, 25% eram casos de assédio sexual.

Como eu posso pensar que o policial pode cumprir a lei, se não garante os direitos deles?

Tentamos levantar o número de suicídio de policiais e não conseguimos. Sabem por quê? Descobrimos de uma forma muito prosaica. Chegou um profissional e nos disse: *“Ninguém é louco de ter esse dado. Se tivermos esse dado, estaremos praticando crime de responsabilidade ou prevaricação, porque teremos que dizer que a família de quem se matou não terá direito ao seguro de vida”*. Quem vai tirar esse direito, a parte do seguro?

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Renato, vou interrompê-lo. Na Polícia Federal há, em média, dez suicídios de agentes por ano. E esses dados não são revelados.

O SR. RENATO SÉRGIO DE LIMA - Por causa desse detalhe técnico. Uma norma aprovada por este Congresso resolveria, por exemplo. Ou seja, nós apenamos a família. A instituição acaba sendo uma instituição... No limite, nós estamos hoje...

Deputado Paulão, eu estava comentando sobre a questão levantada por V.Exa. em relação à Constituição. O que nós temos aqui hoje é que as instituições de segurança pública... E eu quero destacar o papel do Ministério Público, que quase sempre fica preocupado com a carga e com o tombo dos inquéritos policiais — e menos, muito residualmente, com a qualidade da investigação policial, ou seja, com o que está sendo investigado, e como está sendo investigado.

Segundo a Constituição, o Ministério Público tem a função de fazer o controle externo da atividade policial, o que resulta nesses problemas que estamos lendo nos jornais entre Polícia e Ministério Público. Mas, na verdade, o Ministério Público também é um ator pouco presente no debate sobre a segurança pública no dia a dia da população; e o Judiciário também está pouco presente.



Então, as instituições do sistema de Justiça estão ausentes do debate. O fato é que estão delegando às polícias, em especial às polícias militares, o papel de garantir a tal “ordem pública”, que ninguém sabe direito o que é — não está definido na legislação. Fizemos um estudo jurídico sobre isso. O conceito de “ordem” remete ao de “segurança”, e o de “segurança” remete ao de “ordem”. De novo, não está na Constituição, não está na lei, não está na jurisprudência — muitas vezes, não está nem na doutrina; está definido no cotidiano das práticas policiais. São poucas as unidades que definem esse conceito.

Então, o que nós estamos fazendo? Estamos deixando isso por conta de instituições que estão extremamente anacrônicas, que precisam ser modernizadas e integradas. A integração não é algo fácil. É possível? Sim, como vimos no caso da Copa do Mundo, dos Gabinetes de Gestão Integrada em Segurança Pública — GGIs. Mas, quando ocorre um caso em particular, no dia a dia, a maioria das pessoas ou usa a relação pessoal do policial militar com o policial civil, ou acaba havendo ruídos.

A Deputada Benedita da Silva, que foi Governadora do Rio de Janeiro, sabe bem do que estou falando.

Então, a discussão aqui é que a lógica do nosso sistema é a do antagonismo. Como criamos um ambiente para a integração? Ela é possível? Claro que é! Ela exige esforços? Sim. Mas, na prática, nós temos hoje um sistema em que, passou o dirigente que incentiva a integração, tudo volta. Nós mudamos muito para ficar no mesmo lugar. Essa é a grande verdade.

E acho que a discussão aqui é, de um lado, sobre o reconhecimento que a população brasileira tem de uma questão básica: a violência não atinge de forma igual a todos; ela é territorialmente localizada, racialmente distribuída e tem relações de gênero. Se eu quero pensar em política pública, eu preciso pensar em todas essas questões. Se pensarmos que vamos fazer tudo, não faremos absolutamente nada.

A outra questão é: nós temos que ter coragem para inflexionar o debate e reconhecer que o que precisamos combater não é o criminoso, que a segurança não é a segurança do Estado, é a segurança dos cidadãos e da sociedade. Devemos preservar os direitos e combater o crime, mas sem a ilusão de que acabaremos com



ele, porque, senão, acharemos que somos salvadores da Pátria — é a triste história do País.

Peço desculpas por não trazer tantas evidências científicas, mas o duplo caráter do fórum também me permite fazer este outro debate.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Dr. Renato Lima, pela contribuição.

Temos uma Deputada inscrita, a nobre Deputada Benedita da Silva, que se ausentou para votar, mas já está de volta.

Com a palavra a Deputada Benedita da Silva.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Eu quero cumprimentar o Sr. Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, e também o Sr. Marcelo e o Sr. Renato.

Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, primeiramente quero pedir desculpas por não estar aqui no momento da votação do requerimento, porque estava presidindo a Comissão de Seguridade Social e Família.

Quero também agradecer ao Deputado Jean Wyllys, que subscreveu o requerimento para que ele pudesse ser votado.

Não vou enfadá-los. Acho que todos devem ter dado uma grande contribuição ao debate, para que esta Casa possa compreender que os assuntos que aqui estão chegando são da sociedade brasileira, estão acontecendo entre nós.

Eu quero parabenizar o Deputado Reginaldo Lopes, porque, ao instalarmos esta CPI, entendemos que esta Casa terá uma grande oportunidade de fazer com tranquilidade um debate extremamente necessário. E digo isso porque nós já tivemos uma CPI nesta Casa — há alguma década — em que tratávamos da mesma questão. E nem por isso deixamos de ter um aumento da violência ao cidadão, à cidadã, à juventude negra e aos pobres.

Então, este não é um momento em que possamos criticar. Por que esta CPI trata da violência de negros e de pobres? Porque o que nós temos, ainda que não exista um registro, como foi colocado pelo Dr. Renato, em relação à polícia... Mas nós temos outras estatísticas, e o pesquisador também pode assim confirmar, de que a maioria da população que, podemos dizer, está sendo exterminada é a juventude negra, é a juventude pobre.



Então, não tem como fazer vista grossa num país em que, majoritariamente, as pessoas não são brancas. O que isso tem a ver com a violência? Está no imaginário do perfil traçado do criminoso, herança que eles resgatam da cultura e, eu tenho repetido várias vezes, da casa-grande e da senzala. É importante compreender isso.

O que me estimulou a falar aqui — além dos agradecimentos pela presença — foi o fato de eu ter convivido, durante o período em que fui Governadora, com os dois lados. Eu, militante dos movimentos sociais, assistia atônita à violência praticada contra os pobres e os negros pela polícia, e via também a situação do policial negro. Eu via o que eles passavam.

Eu tenho a estatística do assédio às policiais (uma coisa tremenda!), dos suicídios (uma coisa bárbara!) Tomam antidepressivo a toda hora. Também têm medo. E isso é também um componente associado a uma cultura na abordagem que se faz: *“Vem com tudo. Ou eu mato, ou eu moro”*. É uma história mais ou menos assim.

Nós devemos ter aqui essa consciência, principalmente hoje, porque temos uma bancada grande de policiais. Devemos fazer parte, sim, da Comissão de Direitos Humanos, fazer parte da CPI, para travarmos esse debate.

Por isso o meu requerimento para garantirmos aqui lugar para a sociedade civil. Não adianta termos uma CPI em que nós vamos ouvir apenas as instituições que aí estão colocadas. Precisamos de representantes para mostrar uma pesquisa feita e que possa revelar... Está aqui o Dr. Renato, do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Precisamos entender que os conceitos colocados até então não nos garantiram uma qualidade de formação do policial — seja uma formação que possa ele ter no seu conteúdo, no seu conhecimento, para que ele possa conhecer a sua própria história e a história do seu País e o motivo que o levou a traçar um perfil violento na abordagem que feita ao negro e ao pobre.

Esta Casa deve fazer esse debate. Eu acredito que os policiais vieram para cá vieram também com a intenção de fazer esse debate. Não podemos empurrar para debaixo do tapete uma situação que é, do ponto de vista dos direitos humanos, degradante.



Por isso, quero parabenizá-lo por proporcionar um bom debate. Quero dizer que, quando o Presidente Reginaldo Lopes propôs a realização desta CPI, eu fiquei pensando que ele teria muito trabalho nesta Casa. E eu pensei isso exatamente pela leitura que fiz, pelas abordagens anteriores. Eu disse: com uma bancada que nós temos hoje nesta Casa de policiais, nós vamos ter dificuldade. Foi a leitura colocada pelo nosso pesquisador. Porque eu também tenho um conceito. Eu tenho culturalmente um conceito e um perfil de policial, porque eu não tive, durante uma trajetória, seja de militância em qualquer circunstância, eu não tive uma outra referência que não fosse essa referência.

Então, quero, mais uma vez, parabenizar o Deputado Reginaldo, que vai estar trazendo, através desta CPI, esse diálogo, esse bom diálogo, em que pese haver posições contrárias. Mas até mesmo essas posições contrárias irão contribuir para que o relatório possa orientar um pouco mais a política pública de segurança. E nós estamos aqui num aprendizado, quando nós sabemos que nós temos que combater o crime, e não combater o criminoso. O criminoso tem que ser punido.

Quer dizer, todas essas são situações que realmente o nosso saber não domina, até por conta de que as nossas atenções e as nossas escolhas foram escolhas por outros caminhos. Então vai ser uma troca muito rica, e eu espero que os movimentos sociais que estarão contribuindo conosco, que têm, sim, uma bagagem, vão ajudar nesse diálogo. E nós esperamos apoio dessa bancada de policiais e, hoje, de delegados que aqui estão nesta Casa. Que eles possam contribuir.

Eu sou uma pessoa evangélica, eu acredito em milagres, eu acredito na recuperação do ser humano, eu acredito que eles vão chegar à conclusão de que aqui não existe uma caça policial, porque também não é esse o nosso papel, e muito menos nós queremos que a nossa juventude negra pobre morra. Aliás, não queremos que ninguém seja assassinado, exterminado, quaisquer que sejam as suas condições, orientação sexual, cor da pele, gênero. Não, nós queremos que essa democracia que o nosso País tem, que ela continue imperando, para uma convivência justa e fraterna entre nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado, Deputada Benedita da Silva. Quero também agradecer.



Eu acho que a cada audiência nós estamos percebendo que a tarefa não será fácil. O assunto é muito complexo, e, evidentemente, para as questões mais complexas, não há saída fácil. Mas acho também que nós estamos construindo aqui na adversidade pelo menos um cenário de convivência a partir das diferenças. Isto é muito saudável.

Nós recebemos aqui um pesquisador do IPEA que fez um levantamento, fez uma fala muito interessante, como os senhores, tanto o Dr. Marcelo quanto o Dr. Renato e o Dr. Antônio Lima, também afirmaram: essa ausência do debate... tratar a segurança pública como também parte do conjunto das políticas públicas no Brasil é que vai apontar as saídas. Porque nós somos educados para discutir saúde, políticas de juventude, políticas de educação, e funcionam as conferências, os conselhos e tal, mas o tema “segurança pública” parece que ficou reservado só às pessoas que trabalham especificamente com o tema, como se a sociedade tivesse apenas que assistir a esse debate. E é evidente que os profissionais dessa temática sempre defendem as suas verdades e, quando você tenta democratizar o debate, no primeiro momento cada um vinga as suas verdades preestabelecidas.

Eu falo isso porque eu tive oportunidade de presidir uma Comissão sobre drogas, e percebi também que era um pouco parecido. No primeiro debate que nós fizemos sobre políticas de prevenção, você tinha, de um lado, a reforma psiquiátrica e, de outro lado, as comunidades terapêuticas. Como eles nunca se encontraram, então, num primeiro momento, vieram defender as suas verdades.

Então, eu acho que a gente começa aqui, a partir dessa compreensão, a construir aquilo que a gente chama de consenso progressivo, não é? Vamos construir na divergência pontos de convergência, para que de fato a gente apresente algo novo. E a cada audiência eu também fico surpreendido, porque há muitas coisas que podem melhorar no futuro se a gente apresentar projeto de lei complementar. Essa questão da definição de ordem pública, a questão da segurança nacional e não segurança interna não são coisas muito complexas. Eu acho que ninguém em si fica contra um encaminhamento que no futuro poderá produzir mudanças de postura, de compreensão. Então eu acredito que é possível, sim, a gente conseguir avançar, muito.



É evidente que nós não podemos negar o passado, a história, não é? Eu acho que essa questão de ter um bom registro no fim da CPI, um registro dos novos desaparecidos no período democrático, é fundamental. Nós mobilizamos aí quantos anos para derrotar a ditadura e depois para fazer a Comissão da Verdade? E de fato nós estamos aí talvez com um número muito superior de mortes e desaparecimentos no processo democrático, inaceitável num Estado Democrático de Direito. Então, acho que isso é fundamental. E sem falar dos casos emblemáticos. Os casos emblemáticos ainda têm mais registros, mas quantos desaparecidos nem a mãe, nem ninguém, a comunidade não tem nem sequer... não há nenhum processo de investigação. Então eu acho que temos um pouco desse desafio.

Agora, nós vamos perseguir, é evidente — eu acho que foi uma proposta inclusive da Presidenta Dilma —, essa questão de pensar o sistema federativo, essa nova pactuação federativa sobre segurança pública. Então eu acho que nós temos que depois desenhar uma proposta de PEC mesmo. Acho que precisamos ter uma nova emenda constitucional que trate desse sistema. E eu acho que, dentro dessa compreensão do novo sistema federativo sobre segurança pública, o sistema único de segurança pública é fundamental. Agora, o que vai estar dentro desse sistema único é evidente que nós vamos construir aqui, e vamos precisar muito do apoio de várias... Talvez ali tenhamos, de maneira objetiva, a lógica da integração das polícias, como um processo também, é evidente, como um processo.

E, por último, é evidente que nós temos que ter um plano nacional de eliminação dos homicídios, um plano de redução, evidente, que tenha dois eixos: reduzir e, eixo principal, prevenir. Como nós vamos focar? Quais são as políticas? E, dentro delas, várias políticas específicas, afirmativas inclusive. Como é que nós vamos mudar isso, a partir da fala do pesquisador Dr. Marcelo, que coloca muito bem também a necessidade de o policial entender as condições juvenis deste País, as diversas periferias?

E quando a gente fala de periferia, quando se trata de juventude, há um outro conceito. Eu presidi uma Comissão sobre juventude. Há diversas juventudes, há diversas tribos, que ainda se somam às diversas realidades das diversas periferias. Então, é evidente que isso precisa ser tratado num plano nacional pactuado, federativo, com responsabilidades do Município, do Estado e da União.



E é evidente que é preciso repensar como nós vamos gastar os 258 bilhões! Porque 6% do PIB, 258 bilhões, é um absurdo de recursos! Vamos ser sinceros. Nós gastamos 120 bilhões com educação — não é, Deputado Bacelar? — e cento e poucos bilhões com a saúde. Nós estamos falando de 258 bilhões! Temos que repensar isso.

Essa questão da guerra às drogas, essa a questão da mídia, é evidente que isso tem que ser tratado no plano da prevenção e da redução. Mas é evidente que o Brasil precisa definir também esse conceito sobre tráfico. Eu tive a oportunidade de estudar *crack*. Depois de 2 anos, qualquer um passa a ser viciado. Aliás, nem precisa de 2 anos, em 1 mês a pessoa já fica viciada. Então, não pelo ganho, mas pelo uso ele ser considerado traficante?! Parte da população, a maioria... Ele é microtraficante? Porque ele faz tráfico para o seu uso e não para o seu ganho. Então esse também é um conceito que nós vamos ter que enfrentar.

Eu espero que a gente possa construir esses consensos a partir do andamento desta CPI. Que ela tenha força para a gente fazer algumas legislações. Eu quero aqui só dizer um pouco do que nós queremos no final, do que fez parte do roteiro de trabalho. A gente está tentando perseguir esse caminho para encontrar respostas para essas perguntas. É evidente que a cada audiência surgem novas respostas, novas perguntas, mas acho que a audiência de hoje foi muito rica e muito importante para os nossos trabalhos.

Então eu quero aqui, mais uma vez, em nome desta CPI, de todos os seus membros, Deputadas e Deputados, dos nossos convidados da oficina da SEPPIR, dos assessores, da imprensa, agradecer ao Dr. Renato Lima pela bela contribuição e também ao Dr. Marcelo Nery pela contribuição.

Vou declarar encerrados os nossos trabalhos, mas antes quero convocar reunião para a próxima terça-feira, 28 de abril, às 14h30min, no Plenário 9, para deliberação de requerimentos e também para audiência pública.

E lembro que, no dia 4 de maio, a Deputada Benedita e os demais Deputados do Rio estão responsáveis pela nossa visita ao Rio, ao Morro do Alemão e depois a um ato na Assembleia Legislativa. E no dia 11 de maio, próxima segunda-feira, o Deputado Bacelar e os Deputados da Bahia estarão responsáveis pela nossa ida a Salvador, ao Cabula. Então, peço aos Deputados membros desta CPI que não são



desses Estados e que desejem participar dessas audiências, oitivas e visitas que informem à Secretaria da CPI, para que a gente possa providenciar as passagens.

Declaro encerrada esta reunião. Muito obrigado, mais uma vez, pela presença de todos.